

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA

A Nova Dinâmica Industrial do Estado do Rio de
Janeiro – Crise, Inflexão Positiva e Novas Perspectivas
de Desenvolvimento para a Economia Fluminense

Diana Arantes de Mattos
Matrícula: 106021746
E-mail: diana_arantes@yahoo.com.br

Orientador: Prof. René Louis de Carvalho
E-mail: renecarv@centoin.com.br

Abril de 2011

DIANA ARANTES DE MATTOS

A Nova Dinâmica Industrial do Estado do Rio de Janeiro – Crise, Inflexão Positiva e Novas Perspectivas de Desenvolvimento para a Economia Fluminense

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Professor Adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro Dr. René Louis de Carvalho.

RIO DE JANEIRO
2011

À minha família por todo apoio incondicional. Especialmente às minhas irmãs, minha mãe, meus sobrinhos e minha madrinha.

**Aos meus colegas de turma e,
Ao meu amigo e namorado, Caio.**

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à Deus, que foi quem doutrinou meus caminhos até aqui.

Ao meu orientador e professor durante o curso de Economia, Dr. René Louis de Carvalho, pela paciência, solicitude, inspiração e pelos conselhos que imensamente contribuíram para a realização do trabalho.

À minha avó querida, única e preferida, que desde sempre me ensinou valores que foram essenciais para a minha formação moral e que carrego comigo como regras que trilham meus caminhos.

Às minhas queridas irmãs, minhas companheiras de dia-a-dia, que estão presentes na minha vida em todas as horas e situações. Obrigada pela preocupação, companheirismo e apoio incondicional. Ao meu caçulinha, Victinho.

Às minhas princesinhas, Manuella e Gabriella e meu príncipe, Matheus, por serem responsáveis pelas minhas doses de alegria e energia diárias.

À minha mãe por ter sempre lutado para proporcionar para mim e para minhas irmãs tudo que por ventura fosse necessário para nossa melhor formação tanto pessoal como profissional. Pelo exemplo, pela determinação.

À minha segunda mãe e madrinha, por ter abdicado de sua vida para cuidar de nós como filhas. Por ter ensinado, disciplinado, e orientado nos momentos mais importantes de nossas vidas.

Às minhas queridas amigas que desde o colégio são minhas companheiras me apoiando e aconselhando como as irmãs que eu escolhi.

Aos meus amigos da faculdade que dividiram comigo momentos tão especiais e importantes neste processo de formação. Em especial ao meu amigo André pelo companheirismo único que prestou a minha pessoa.

Ao meu namorado e amigo Caio, que me apóia e incentiva nas decisões. Agradeço a Deus por ter te colocado, não por acaso, em minha vida.

RESUMO

MATTOS, D. A. de. *A Nova Dinâmica Industrial do Estado do Rio de Janeiro – Crise, Inflexão Positiva e Novas Perspectivas de Desenvolvimento para a Economia Fluminense*. 2011. 62 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Analisa-se as questões relevantes envolvendo a possibilidade de sustentação do crescimento econômico do Estado do Rio de Janeiro, iniciado em 1995. A primeira parte destina-se, para uma melhor compreensão do tema, a uma abordagem histórica econômica do Estado do Rio de Janeiro, destacando sua importância na economia nacional e sua posterior decadência frente à economia Paulista. Na segunda parte, são destacadas características da chamada “Inflexão Positiva” sofrida pelo Estado na década de 90, através da exposição de seus aspectos particulares e dos principais fatores responsáveis pelo fato. A terceira parte dedica-se a apresentação dos principais projetos industriais planejados e em andamento para o Estado, bem como, de que forma os mesmos podem vir a contribuir para a sustentabilidade do crescimento econômico da região.

Palavras-Chave: Centralidade Industrial; Inflexão Positiva; Petróleo; Desenvolvimento Econômico.

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| Introdução..... | 7 |
| | |
| Capítulo I: A trajetória do território fluminense e a Crise dos anos 80/90 | |
| I.1 – De centro logístico à capital do País..... | 9 |
| I.2 – Do ciclo do café e seus desdobramentos..... | 10 |
| I.3 - Da perda de centralidade produtiva e política..... | 13 |
| I.4 – Das particularidades no caso do Rio de Janeiro..... | 18 |
| I.5 – Das diferentes versões sobre o mesmo fato..... | 21 |
| | |
| Capítulo II: A chamada Inflexão Positiva | |
| II.1 – Da chamada “ Inflexão Positiva”..... | 24 |
| II.2 - Das diferentes versões sobre a Inflexão Positiva..... | 25 |
| II.3 – Do fator petróleo..... | 30 |
| II.4 – Dos diferentes motivos que levaram à Inflexão Positiva..... | 33 |
| | |
| Capítulo III: As novas perspectivas e desafios da região | |
| III.1 – Da nova proposta de divisão dos royalties do petróleo..... | 38 |
| III.2 – Do modelo de desenvolvimento econômico adotado..... | 44 |
| III.3 – Da contribuição do Petróleo..... | 45 |
| III.4 – Da contribuição da Indústria Naval..... | 48 |
| III.5 – Da contribuição da Logística..... | 50 |
| III.6 – Da contribuição Indústria Siderúrgica..... | 53 |
| III.7 – Da contribuição de outros fatores..... | 54 |
| | |
| Conclusão..... | 56 |
| | |
| Referências Bibliográficas..... | 58 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - População Residente em capitais estaduais brasileiras selecionadas (em mil habitantes): 1872, 1890, 1900 e 1920..... | 9 |
| Tabela 2 - Participação Regional no PIB total..... | 17 |
| Tabela 3 - Produção Física Industrial (1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000)..... | 34 |
| Tabela 4 - Produção Física Industrial (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009)..... | 35 |
| Tabela 5 - Evolução dos principais ramos da pauta exportadora, período 1989-2006..... | 36 |
| Tabela 6 - Produção de Petróleo por Unidade de Federação, de acordo com a localização..... | 42 |
| Tabela 7 – Reservas Provadas de Petróleo por Unidade de Federação, de acordo com a localização..... | 43 |

Introdução

O Estado do Rio de Janeiro passou por um longo e doloroso processo de crise econômica que se iniciou ainda no início do século XX e se estendeu até meados dos anos 90.

A crise que teve como seu ponto de partida fundamental a perda de dinamismo industrial para o Estado de São Paulo, na década de 30, desdobrou-se em uma crise institucional no instante em que o Rio de Janeiro deixou de ser sede capital do País já na década de 60. Entre estes períodos, o Estado, apesar de não ser mais o centro produtivo do País e, sua importância relativa ter sido cada vez menor no âmbito nacional, contou com a renda advinda da manutenção do aparato governamental para se sustentar.

A forma como se deteriorou o processo de inserção do Estado na divisão nacional do trabalho, durante os anos em que foi capital, culminaram em conseqüências que só foram realmente sentidas a partir da década de 70, com a realização de que não era mais capital de fato. Enquanto os demais Estados pensavam e articulavam formas de se inserirem no contexto produtivo nacional, o Rio de Janeiro teve que lidar com questões mais primárias, como, por exemplo, a fusão do Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara, em 1974, que ocupavam espaço na pauta de discussão e não permitiam que o Estado alterasse sua forma de inserção em âmbito nacional.

Nas décadas subsequentes não foi diferente. Nos anos 80, na chamada “década perdida” o Rio de Janeiro sofreu, assim como o Brasil, os efeitos, principalmente da inflação crescente no país. Já nos anos 90, o modelo de diminuição estatal adotado prejudicou ainda mais o Estado, visto que, o mesmo ainda conservava parte do aparato governamental herdado dos tempos de capital federal.

Foi apenas a partir de 95 que o Rio de Janeiro sofreu o que ficou conhecida como “Inflexão Econômica”. Alguns fatores explicam o fenômeno, que é tratado desta forma uma vez que não existiam perspectivas de que o Estado viesse a reverter o quadro, mas os principais deles são: A renda obtida dos royalties de petróleo e o “Efeito China”.

O Estado do Rio de Janeiro, como maior produtor de petróleo nacional, já nesta época, se beneficiou de uma lei que entrou em vigor e aumentou a alíquota de recolhimentos das empresas para pagamento de royalties de petróleo.

Por outro lado, a demanda da China por commodities no mercado externo fez o preço dos produtos aumentarem e as indústrias tradicionais cariocas voltarem a serem competitivas frente às internacionais. Foi assim com o setor siderúrgico e naval, posteriormente. A estrutura dos setores tradicionais que aqui já estava instalada foi fundamental para que houvesse crescimento da indústria de transformação fluminense.

Desta maneira, o trabalho aqui proposto, tem por objetivo, elucidar os principais pontos da trajetória econômica do Estado do Rio de Janeiro até a posição atual, bem como, quais são suas principais perspectivas industriais e capacidades de crescimento sustentável uma vez que a cidade vive um momento de grande expectativa com relação às possibilidades de negócios vinculadas ao bloco de investimentos que está sendo realizado.

Para tal, o trabalho foi dividido em três capítulos: O primeiro trata da crise do Rio de Janeiro e de suas particularidades, assim como, de que forma a composição do mercado interno e as estruturas econômicas da época do ciclo do café, no Vale do Paraíba, contribuíram para a decadência de posto de principal centro industrial do país; O segundo que trata do fenômeno da “Inflexão Positiva” e de que forma, em um momento de pouca ou nenhuma expectativa de mudança, o Estado do Rio de Janeiro conseguiu modificar a sua trajetória de crescimento; E por fim, o terceiro capítulo que trata das possibilidades de crescimento sustentável dado o perfil atual de crescimento econômico do Rio de Janeiro, os novos investimentos em andamento, e as perspectivas dos principais setores industriais.

Capítulo I: A trajetória do território fluminense e a Crise dos anos 80/90

Este capítulo tem por objetivo primordial contextualizar a crise econômica enfrentada pelo Estado do Rio de Janeiro, bem como suas particularidades e, por fim, introduzir seus desdobramentos que serão analisados nos capítulos seguintes. Para tal fora dividido, substancialmente, em cinco partes: às três primeiras, cabe apresentar a trajetória histórica econômica do Estado do Rio de Janeiro, à quarta, cabe elucidar os motivos pelos quais a crise do Rio de Janeiro foi especialmente particular, e, por fim, à quinta, cabe esclarecer sobre as diferentes visões sobre o assunto.

I.1 De centro logístico à Capital do País

A trajetória econômica do Estado do Rio de Janeiro relevante para o trabalho aqui proposto começa com o início do chamado “ciclo do ouro”. Isso porque, foi através deste que o Rio de Janeiro fora inserido no contexto da economia nacional. Até então, a capital do País era Salvador e o Rio de Janeiro não tinha muita expressividade econômica.

Em 1763, quando, devida a sua proximidade com a região das minas de ouro, a cidade do Rio se tornou sede do Vice-reino e assumiu o papel de sede político-administrativa da colônia, a cidade passou a ser percebida de forma mais abrangente.

Era por aqui que a produção do ouro das minas gerais era escoada de navio para as terras portuguesas, já que possuía ligação direta com o Atlântico, e conseqüente, era por aqui que passava a riqueza da metrópole e desde esses tempos a região se sobresaía como posição logística favorável e centro econômico e urbano.

Em 1808, a cidade passou a abrigar a Família Real Portuguesa que, fugida das tropas napoleônicas que tinham invadido Portugal, escolheram o Rio de Janeiro para sediar a corte. Já na posição de centro logístico e rota econômica do Vice-reino, a cidade transformou-se, então, de sede do vice-reino para capital da colônia, posição esta que terminou por consolidar as atribuições que aqui já eram percebidas, isso porque, a vinda da Família Real trouxe mudanças que foram determinantes para tal. Dentre elas, podemos citar algumas das mais importantes como, por exemplo, a abertura dos portos às chamadas nações amigas de Portugal, o que fez com que o Brasil fosse inundado de produtos importados e foi responsável por introduzir o país, e, particularmente, o Rio de Janeiro, nas

rotas do comércio internacional, além disso, podemos citar ainda, a criação do Banco do Brasil, do Museu Nacional, da Biblioteca Nacional, da Escola Real de artes, entre outros.

A cidade, que já era o eixo logístico nacional, forte base militar e porto, ganhou atribuições extras como centro de articulação nacional do ponto de vista político, cultural, econômico e social (Osório, p.19). Tais características fizeram da cidade do Rio de Janeiro, a primeira metrópole brasileira.

O primeiro sintoma a ser percebido, proveniente do status de capital, foi a explosão demográfica. A cidade que contava até então com cerca de 40 mil pessoas por volta de 1800, em 1821 já contava com 113 mil (TOPIK, 1991). Este processo migratório foi tanto externo, quanto interno e fez do Rio a maior cidade do país, crescendo a média duas vezes maior que a nacional. Posteriormente, as grandes transformações urbanísticas despertaram o interesse dos curiosos visitantes, que muitas vezes transformavam-se em residentes, corroborando a estatística de imigração, e fazendo do Rio um grande centro cultural e cosmopolita do país. Em 1920, a população já passava de 1.000.000 de habitantes, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 - População Residente em capitais estaduais brasileiras selecionadas (em mil habitantes): 1872, 1890, 1900 e 1920.

| Capitais | 1872 | 1890 | 1900 | 1920 |
|-----------------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Rio de Janeiro | 275 | 522 | 811 | 1.148 |
| São Paulo | 31 | 65 | 240 | 579 |
| Salvador | 129 | 174 | 206 | 283 |
| Recife | 117 | 112 | 113 | 239 |
| Fortaleza | 42 | 41 | 48 | 79 |
| Belo Horizonte | - | - | 13 | 56 |
| Curitiba | 13 | 25 | 50 | 79 |
| Porto Alegre | 44 | 52 | 74 | 179 |
| Belém | 61 | 50 | 97 | 236 |

Fonte: Lourenço, Ana (2006), (p. 20)

I.2 Do ciclo do café e seus desdobramentos

O “ciclo do ouro” teve seu auge de expansão no final do século XVIII., mas, concomitantemente a esta atividade, cultivava-se, no Rio de Janeiro, café. Não era nem de

longe uma atividade rentável como extração de ouro, mas quando esta começou a apresentar sinais de decadência, a produção cafeeira apareceu como uma boa opção para substituí-la.

Durante algum tempo, o consumo de café esteve associado à riqueza e nobreza. Com a ascensão social causada, principalmente, pela Revolução Industrial, o consumo acabou se tornando hábito, e a demanda dos países europeus e dos EUA aumentou vertiginosamente. Era, portanto, o produto que substituiria o ouro e traria lucros.

A abundância de terras próprias para a produção do produto e o clima propício da região fizeram com que o Vale do Paraíba atraísse os futuros “Barões do Café”, como eram chamados os donos das terras onde o café era cultivado. O modelo de cultivo adotado era o conhecido como “*plantation*”, baseado em monocultura, latifúndio e utilização de mão-de-obra escrava. As técnicas de plantio eram rústicas e não contavam com cuidados básicos como preparo da terra para o cultivo e descanso da mesma após a colheita. A abundância de terras desencorajava esta adoção. Em 1850, o “ciclo do café” atingiu seu auge de rentabilidade, e fez do Vale do Paraíba uma região próspera economicamente. O Rio de Janeiro que já possuía vocação inerente de ser o caminho para o escoamento de riquezas e produtos para o mercado externo, era agora o maior produtor do principal produto da pauta de exportação Brasileira.

Assim, desenvolveu-se a região: A partir da sua lógica histórica e do fato de ser o centro do poder. Além de capital do Vice-Reino e, posteriormente do País, o Rio de Janeiro, conforme elucidado nos parágrafos anteriores foi estratégico nos ciclos econômicos do País e, com isso, pôde fortalecer sua posição de metrópole nacional no decorrer dos anos, como descrever Ana Cláudia Lorenço na passagem a seguir:

“A condição de epicentro logístico do País, juntamente à escala urbana e econômica gerada pelo capital comercial, além da riqueza acumulada com o café e do aparato administrativo e financeiro instalado em função da sede do governo federal, fizeram do Rio a localização natural da atividade industrial, ainda no século XIX” (p.19)

Era aqui, portanto, o destino natural das indústrias. Fora aqui que se iniciou a acumulação do capital para a estruturação das mesmas, e assim foi feito. A região chegou a

se destacar em alguns setores industriais, como por exemplo, o têxtil, mas já no início do século XX a região começou a perder fôlego. Faltavam políticas de desenvolvimento econômico próprias para sustentar a condição de parque industrial.

Gradativamente o modelo adotado pelos Barões de Café foi se esgotando. A classe sofreu um duro golpe quando, em 1888, houve a abolição da escravidão e a mão de obra utilizada na lavoura ficou escassa e cara. Além disso, os produtores viram seus patrimônios, que, na época, estavam expressos em números de escravos, ruírem da noite para o dia. Outro fator importante foi a dificuldade de adaptação da mão de obra imigrante ao tipo de produção adotado na região. Por ser uma mão de obra livre, esta não se adaptou às condições de trabalho e cultivo da lavoura. A situação se complicou ainda mais quando as terras começaram a apresentar sinais de esgotamento.

Percebendo os sinais de decadência da produção no Vale do Paraíba, os produtores migraram para o Oeste Paulista, conhecido com “O Novo Eldorado Brasileiro”. O Rio passou a ser caminho de escoamento da produção de café de Minas Gerais e Espírito Santo, fazendo jus à sua vocação de canal logístico. De alguma forma, embora tivesse desaquecido sua produção, ainda detinha o controle do capital comercial exportador e financeiro da atividade. Quanto à produção no Oeste Paulista, essa se intensificou de tal maneira que, mesmo com a não diminuição muito acentuada, num primeiro momento, da produção no Vale do Paraíba, o Oeste Paulista conquistou o posto de maior produtor de café em relativos poucos anos. Foi neste momento que, com a expansão da malha ferroviária, ligando o Oeste Paulista ao porto de Santos, o Vale do Paraíba perdeu a posição central do complexo cafeeiro e o Rio de Janeiro sofreu sua primeira grande perda.

O ciclo do café possibilitou o surgimento de acumulação de capital que era investido na indústria, tanto no Rio de Janeiro, quanto em São Paulo e a diferença quanto ao tipo de produção adotada pelas regiões foi determinante para a criação de um mercado consumidor interno para o setor industrial.

O setor industrial da época era dedicado a produção de bens direcionados aos mercados regionais, substitutos de importações, voltados para as camadas mais populares e enquanto a produção cafeeira no Rio de Janeiro utilizou mão de obra escrava que fora, em grande parte, marginalizada pela sociedade com a abolição da escravidão, a produção

paulista utilizou mão de obra livre o que culminou na criação de um mercado interno para seus produtos, já que os trabalhadores tinham poder de compra, mesmo que limitado.

O fomento da indústria realizada a partir da renda obtida no complexo cafeeiro paulista foi progressiva e, portanto, sua dinâmica industrial exportadora também fora beneficiada.

A perda de dinamismo no setor industrial não foi acompanhada pela substituição por parte de outro setor dinâmico. O que foi observado no Rio de Janeiro foi um esvaziamento econômico como um todo, sem a ascensão de um setor frente à decadência de outro.

I.3 Da perda da centralidade produtiva e política

As décadas seguintes não apresentaram cenários com modificações favoráveis ao Estado, pelo contrário, o que se viu foi a deteriorização crescente da economia fluminense frente à divisão nacional do trabalho. A estrutura produtiva do Rio de Janeiro se transformou e centrou-se nas produções de bens de consumo intermediários, voltadas principalmente para suprir a demanda das indústrias paulistas e de bens de consumo não duráveis, que possuíam baixo valor agregado. Era o retrato da perda de importância relativa da região fluminense no contexto nacional.

É importante salientar que os governos de Getúlio Vargas (décadas de 30, 40 e meados de 50), bem como o de Juscelino Kubitschek (década de 50), principalmente, foram marcados por esforços de desenvolver a indústria nacional. Ainda durante a década de 40, com Vargas no poder, o incentivo às indústrias ligadas à infraestrutura ficou evidente, com a criação, por parte do governo, de empresas ligadas ao setor, como por exemplo, a Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Vale do Rio Doce (1942) e a Hidrelétrica de São Francisco (1945). Juscelino, por sua vez, implantou no país um modelo desenvolvimentista, buscando crescer “50 anos em 5”. Para tal, investiu principalmente na indústria automobilística e na construção de hidrelétricas.

Com a ascensão de governos desenvolvimentistas que investiram fundamentalmente na indústria de base e bens de consumo duráveis, a produção de bens de consumo não duráveis e bens intermediários perdeu espaço e importância relativa no contexto nacional,

desta forma, a inserção do Estado do Rio de Janeiro ficou enfraquecida e se deteriorou ao passar dos anos, tendo como capítulo fundamental para tal, a tendência de desconcentração industrial na década de 70, que fez com que outros Estados produtores de bens de consumo não duráveis e bens intermediários ascendessem, como, por exemplo, Minas Gerais e Paraná, de forma a acentuar a perda de importância fluminense no contexto da indústria nacional. Esta desconcentração foi muito forte nos setores em que o Rio de Janeiro era produtor.

Embora estivesse sofrendo mudanças estruturais na sua base industrial e, tivesse perdendo importância relativa no contexto nacional produtivo, o Rio de Janeiro, da década de 30 à década de 60, ainda era a capital do país, e, por isso, ainda gozava dos investimentos e privilégios de tal posição e, mais ainda, era o centro político nacional.

Desde os tempos de capital do vice-reino até os últimos dias de capital da já República Federativa do Brasil, foram os salários pagos ao funcionalismo público que aqui estava alocado, os altos investimentos estatais e, conseqüentemente o retorno advindo do consumo dos serviços que aqui eram oferecidos, muitos deles estreitamente ligados a necessidade do governo, que mantiveram a renda da região e, de certa forma, dificultaram a percepção de que era necessário se pensar políticas econômicas específicas para a cidade e suas peculiaridades, independente de estar na condição de capital. Tal concepção foi descrita pelo autor Mauro Osório da seguinte forma:

“... cria-se no Rio de Janeiro, simultaneamente, uma lógica de política nacional e cosmopolita, muito radicalizada, e uma lógica localista que, sem eleições para o cargo executivo local, e com o poder de veto ao prefeito nomeado na órbita do Senado Federal, é constituída com pouco poder, fragmentada e clientelista, em virtude do pouco espaço para discussões macroeconômico-sociais locais. Isso faz com que a região onde os interesses sociais, econômicos, culturais e políticos articulam-se centralmente à lógica nacional, o olhar sobre a lógica macro-local seja levado ainda menos em consideração, pelo modo como a região se organiza do ponto de vista político-institucional formal (Osório, M. 2005, p.21).”

Em 1960, a transferência da capital do País, que estava programada desde o século anterior, foi concretizada com a inauguração de Brasília. Com isto, a centralidade política já

não fazia mais parte da realidade do Rio de Janeiro. Embora fosse, ainda, a referência nacional, o Estado apresentou dificuldades de sustentar o ritmo de crescimento e o nível de renda que vinham sendo observados até então.

Ainda se acostumando com as perdas recentes, sua situação tornou-se agravante quando, em 1974, foi decretada a fusão do Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara, constituindo o que conhecemos atualmente como Estado do Rio de Janeiro. Toda a área periférica fora incorporada e a renda do Estado baixou de forma brusca e repentina. Os desafios que já não eram poucos se tornaram maiores. Era preciso pensar políticas de desenvolvimento econômico voltado para o Estado como um todo, o que agora incluía regiões muito mais pobres e sem grande infraestrutura. Foi a partir da década de 1970 que a sustentabilidade da sua condição de metrópole nacional veio a ser questionada.

Com a transferência da capital, e a inteira consciência de que não era mais “*capital de fato*”, a região fluminense se viu sem meios de se desenvolver vis-à-vis a carência de políticas estratégicas para tal. Esta carência desdobrou-se em sucessivos governos que apostaram em políticas equivocadas. Basicamente implantou-se no Rio de Janeiro, a política de criação de distritos industriais, política esta que era sustentada pela vontade da Federação Industrial Carioca, mas que não foi suficiente para suprir o esvaziamento causado pela transferência, como resumiu Mauro Osório:

“O período de existência do Estado da Guanabara (1960 a 1975), as políticas de fomento ao desenvolvimento econômico restringiam-se à criação de distritos industriais. Essa política baseou-se em uma tese defendida, à época, pela Federação Industrial Carioca, de que a Cidade do Rio de Janeiro estaria sofrendo um processo de migração de indústrias para o antigo Estado do Rio, pela falta de terrenos disponíveis e infra-estrutura local adequada. A tese, levantada e abraçada pelo governos Carlos Lacerda (1960/1965), Negrão de Lima (1966/1971), e Chagas Freitas (1971/1975), não levava em consideração o fato de que, se a indústria do antigo Estado do Rio apresentava uma evolução positiva nos anos 1940, 1950 e no início dos anos 1960, isto se devia, fundamentalmente, aos investimentos federais na Velha Província, como aqueles relacionados à CSN, Reduc, Álcalis e FNM. Ou seja, não havia significativamente, um movimento de indústrias migrando para o antigo Estado do Rio” (Osório, M. 2007, p.52).

O Rio de Janeiro, no seu processo de desenvolvimento, apesar da forte centralidade nacional, não foi capaz de estabelecer encadeamentos suficientes com sua região imediata e, portanto, não foi capaz de criar uma “cidade – região” (JACOBS, 1969), cidades estas que produzem efeitos aglomerativos com as regiões ao entorno e assim movem suas fronteiras de acordo com seu vigor econômico.

Ao mesmo tempo em que essas transformações tomavam conta da nova rotina do Rio, tomavam conta também do país como um todo. Em 1973 explodiu a primeira crise do petróleo que elevou o preço da moeda americana frente à brasileira e secou a liquidez internacional. Todo o dinheiro que antes estava disponível para empréstimo ficou repentinamente mais caro e fez com que o modelo de desenvolvimento baseado no financiamento externo, que o país utilizava para financiar o crescimento econômico, se esgotasse. Essa impossibilidade trouxe consigo o fim da chamada era do “milagre econômico”, período de mais alta taxa de crescimento contínuo da história brasileira, que se iniciara em 1967. Durante o “milagre econômico” a média de crescimento do país rondou a casa dos 10% anuais e durou cerca de oito anos o ciclo de crescimento. Esta crise decretou o esgotamento do modelo de substituição de importações, que vinha sendo adotado até então e que o Estado do Rio de Janeiro estava estreitamente relacionado. Nascia desta forma, mais um desafio: adequar o Estado para um modelo econômico interessado em suprir a demanda internacional, o crescimento deveria ser voltado para fora.

O Estado do Rio de Janeiro chegou à década de 80 com sua economia fragilizada institucionalmente e estruturalmente, dado que ainda havia o conflito interno de incorporação do restante do território do Estado e, por fim, a perda de espaço no cenário industrial nacional uma vez que a desconcentração industrial dos bens de consumo intermediários não duráveis, que o Estado produzia, foi mais acentuada que nos setores de bens de consumo e bens de consumo duráveis, produzidos por São Paulo. A acrescentar, as dificuldades econômicas do país fizeram com que houvesse redução dos gastos por parte do governo e isso impactou, mais uma vez, diretamente a economia do Estado do Rio de Janeiro, já que a mesma fora estruturada para atender as demandas do poder público e seu dinamismo dependia quase que exclusivamente dos gastos públicos. Esta situação foi narrada por Jorge Natal na passagem a seguir:

“É exatamente nesse momento que, esgotado o “milagre econômico” brasileiro e tendo em conta a crise do capitalismo mundial (também inaugurada a partir do final dos anos setenta/ entrada dos anos oitenta), a economia fluminense consegue, finalmente, tomar consciência das suas históricas e acumuladas fragilidades econômicas, particularmente a da sua estrutura econômica e a da extrema dependência das rendas oriundas do governo federal (transferências constitucionais, salários para seu enorme contingente de funcionários públicos, como de aposentadorias e pensões para seus antigos trabalhadores e herdeiros)” (Natal, J., 2004, p.75)

O reflexo desta crise e do fracasso das políticas por aqui implementadas podem ser observados na tabela a seguir, em que está explicitada a perda relativa de participação no PIB por parte do Estado do Rio de Janeiro, apresentando crescimento similar aos Estados nordestinos durante a década de 80.

Tabela 2 – Participação Regional no PIB total

| | 1939 | 1949 | 1959 | 1970 | 1980 | 1985 | 1990 | 1995 | 2000 | 2004 |
|-----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| NO | 2,6 | 1,7 | 2 | 2,2 | 3,2 | 4,1 | 4,7 | 4,6 | 4,6 | 5,2 |
| NE | 16,7 | 13,9 | 14,4 | 12 | 12,2 | 13,7 | 12,6 | 12,8 | 13 | 14 |
| MG | 10 | 10,4 | 7,9 | 8,3 | 9,4 | 9,7 | 8,9 | 9,7 | 9,7 | 9,4 |
| ES | 1,2 | 1,3 | 0,8 | 1,2 | 1,5 | 1,7 | 1,4 | 1,7 | 1,8 | 1,8 |
| RJ | 20,9 | 19,5 | 18,5 | 16,1 | 13,6 | 11,6 | 11,4 | 11,4 | 12,7 | 12,7 |
| SP | 31,2 | 36,4 | 37,9 | 39,5 | 37,7 | 35,8 | 35,3 | 35,5 | 33,3 | 31,1 |
| PR | 2,9 | 4 | 5,4 | 5,5 | 5,9 | 6,2 | 6 | 6 | 6 | 6,2 |
| SC | 2,2 | 2,5 | 2,4 | 2,8 | 3,3 | 3,3 | 3,4 | 3,6 | 3,8 | 4 |
| RS | 10,2 | 8,6 | 8,4 | 8,7 | 8,1 | 7,9 | 7,7 | 8,4 | 7,8 | 8,2 |
| CO | 2,1 | 1,7 | 2,3 | 2,7 | 3,6 | 3,7 | 8,7 | 6,5 | 7,2 | 7,5 |
| DF | - | - | - | 1 | 1,5 | 2,3 | 5,4 | 2,7 | 3 | 2,5 |

Fonte: Sobral, B. (Tabela 1 – p.33)

Diante do fracasso, a região que já era por alguns considerada um “apêndice” do pólo industrial de São Paulo, foi perdendo posição relativa e apenas esboçou uma reação nos governos de Marcelo Alencar, Garotinho e Rosinha, já na década de 90, reação esta que fora obstada pela falta de continuidade das ações e falta de consolidação de políticas.

I.4 Das particularidades do caso do Estado do Rio de Janeiro

Toda e qualquer crise tem sua particularidade: seja pelo contexto histórico, pelas diferentes trajetórias de desenvolvimento de cada local ou razões pela qual foi desencadeada, elas sempre se diferem entre si. Tratando-se da crise do Rio de Janeiro propriamente dita, o conceito de crise precisa ser transgredido a esferas múltiplas. Isto porque, a melhor caracterização da crise fluminense foi o fato de ser antes de qualquer outra coisa, uma crise estrutural e institucional e a abrangência teórica sobre o assunto não se apresenta como fator suficiente para justificar o esvaziamento econômico por aqui observado.

A instalação da crise tem suas raízes, ainda no ciclo do café que é o grande responsável pela acumulação primitiva dos recursos para a instalação das indústrias no Estado e pela formatação do mercado consumidor local e, na modificação da forma como o Estado esteve inserido na divisão nacional do trabalho, com a migração da indústria de bens de consumo duráveis e bens de consumo para São Paulo. Embora assim tenha sido, a percepção da crise só se deu quando, de fato, o Rio de Janeiro deixou de ser capital do país e houve uma ruptura em sua institucionalização. Poderíamos tratar como uma crise econômica que por fim se transformou em crise de identidade.

A particularidade da crise vivida pelo Estado do Rio de Janeiro está no fato de ela ser uma combinação de fatores tanto econômicos quanto societários, políticos e culturais.

É notória a perda de importância do Estado da Guanabara e, depois, do Estado do Rio de Janeiro, mas, a presença dos investimentos estatais, mantendo a renda da população, mascarou por muitos anos a crise adormecida que vivia o Estado. Foi preciso que a capital se transferisse para que a crise, que antes era meramente econômica, se transformasse numa crise de identidade, de uma cidade que se desenvolvera sob o véu de Capital do País, gozando dos privilégios de tal posição, e fizesse do Estado do Rio de Janeiro o que ficou conhecido como o “Rio de Todas as Crises” (Dain, S. 1990).

Transcendendo a esfera puramente econômica e destacando a questão cultural que aqui estava enraizada, é importante destacar que outro fator determinante para a dificuldade

de organização de políticas locais foi o fato de que, apesar da transferência da capital estar prevista desde a primeira Constituição Republicana (1891), não havia uma crença por parte da população que vivia no Rio de Janeiro de que a capital de fato seria transferida a outro local. Segundo o autor Mauro Osório, a região apresentou dificuldades em assimilar a perda da centralidade do poder, como destaca a seguir:

“A região, cujo dinamismo até então deriva de sua lógica histórica e do fato de ser o centro do poder passa a depender também de políticas gestadas localmente, tornando necessária a organização de estratégias regionais de desenvolvimento econômico-social. Contudo, a percepção deste processo na vida econômico-social da região não ocorre de imediato e a sociedade continua a trabalhar, hegemonicamente, ao menos nos anos 1960, com a idéia de que a Cidade Maravilhosa continuaria a funcionar como capital de fato.”
(Osório, M. 2005, p.20)

A ignorância desta problemática já era vista desde os tempos em que o vigor econômico ainda reinava, apesar da dependência do Estado. Enquanto a região fluminense não se preocupava em elaborar as tais políticas macro-locais, a decadência do café no vale do Paraíba e a ascensão da produção no oeste paulista desenhavam a futura base para a acumulação de capital da indústria brasileira. O Rio perdeu a hegemonia da produção industrial para São Paulo ainda em 1920, mas, apesar disso, o Estado fluminense não deixou de ser atrativo à investimentos, mas estes estavam estreitamente ligados a presença do Estado, pois, eram em sua maioria provenientes de empresas estatais. Destaca-se a inauguração de Brasília como o grande vilão da história, mas muito se sabe sobre os motivos que fizeram o Estado do Rio imergir em crise profunda. Dentre eles, Jorge Natal enfatizou alguns na passagem a seguir:

“Pronunciada decadência e falta de competitividade da indústria fluminense (principalmente quando comparada com a economia paulista); efetiva redução do conjunto dos gastos públicos federais no Estado, como também dos anúncios de gastos futuros, dramático agravamento da questão social; agravamento também dos conflitos de natureza federativa, particularmente dos estabelecidos entre o governo federal e o estadual; estiolamento “moral”

da sua população, particularmente da carioca como já se anotou “(Natal, J., 2003).

Já na década de 80, o Rio de Janeiro, que ainda era conhecido como a capital do glamour e conhecido mundialmente pela bossa nova e belezas naturais, se transformou num retrato da decadência do país como um todo. O Estado que estava inserido no contexto industrial nacional de forma pouco expressiva, como produtor de bens de consumo intermediários e não duráveis, ainda trouxe consigo a consequência de esgotamento do modelo de crescimento adotado até então, conhecido como substituição de importações, e desta situação, emergiu um novo desafio: A necessidade de adequação da economia fluminense para o modelo de crescimento voltado para fora, para o mercado externo.

A estes fatores, podem somar o fracasso sucessivo das políticas industriais de criação de distritos aqui implantadas que tiveram um alto custo de oportunidade, alargando a diferença já existente para a economia paulista e brasileira.

A crise do Estado de Rio de Janeiro é dita e caracterizada como tão profunda por ser interpretada como existente, embora adormecida, conforme supracitado, desde a década de 1920, quando perdeu seu fôlego, dinamismo industrial e posição dominante para São Paulo, tornando-se uma economia voltada, quase que totalmente, para atender às necessidades da economia Paulista, como um “apêndice” da região.

Através do que foi acima apresentado, é possível perceber que a forma como o modelo de desenvolvimento do Rio de Janeiro fora pensado e, também as trajetórias históricas e econômicas particulares do Estado fizeram com que este entrasse em uma profunda crise que foi caracterizada como crise econômica e, posteriormente, social e institucional (Dain, S., 1990). Crise esta que assolou a população fluminense durante pelo menos 20 anos e só apresentou sinais de melhora no último decênio, mesmo assim advindo de fatores externos à própria dinâmica da cidade e do Estado.

O ponto principal desta crise econômica foi o fato de ter representado um custo de oportunidade muito alto para o Rio de Janeiro, já que enquanto não crescia ou crescia em termos relativos muito abaixo do esperado, as outras regiões se distanciavam e criavam vantagens competitivas que fizeram do desafio do Estado do Rio de Janeiro ainda maior. Desta forma, a economia do Estado do Rio de Janeiro chegou bastante fragilizada à década de 80, momento em que foi necessária a busca por um novo modelo de desenvolvimento.

I.5 Das diferentes versões sobre o mesmo fato

Trataremos neste trabalho a crise do Estado do Rio de Janeiro a partir dos trabalhos de Natal J., Silva R, e Osório M., que polarizaram os debates relativos aos motivos que levaram o Estado do Rio de Janeiro ao esvaziamento econômico, e quanto à duração do mesmo.

Mauro Osório, destaca o fato de o Estado ter perdido seu dinamismo após a transferência da Capital Federal para Brasília como principal causa para o esvaziamento econômico observado. Para o autor, a ruptura ocorre quando o Estado deixa de abrigar a capital.

Com o objetivo de sustentar seu ponto de vista, Mauro Osório se utiliza de dados estatísticos que mostram que, até os anos 70, o Estado do Rio de Janeiro apresentava crescimento. Embora não admita a existência de uma crise anterior à transferência da capital que, portanto, fora o motivo principal para a ruptura do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado, o autor salienta o fato de que o Rio de Janeiro pecou por não se preocupar em elaborar políticas que tornassem o Estado sustentável após a transferência da Capital, o que, de certa forma, confirma a fragilidade do crescimento observado até então. Além disso, Mauro Osório indica que a crise do Estado durou até 2005, quando, finalmente, a região conseguiu emergir e realizar a então chamada de Inflexão positiva.

“Acredito, assim, que a transferência da capital para Brasília, em 1960, significa uma ruptura na trajetória e forma de crescimento econômico, não só na cidade, mas em todo o Estado” (Osório, M. 2007 , p. 51)

Jorge Natal acredita que o Estado perdeu seu dinamismo após a primeira guerra mundial, quando perdeu a primazia industrial para o estado de São Paulo.

“A crise em tela, na realidade, teria sua origem com a própria industrialização capitalista iniciada em São Paulo no último quartel do século retrasado, posto que ali se “instalou” a principal economia do País, que, por sua vez, dado o seu dinamismo, passou a definir em nível nacional uma espécie de divisão inter-regional do trabalho, delegando às demais economias regionais funções

especializadas e de complemento à principal economia do País. ”(Natal, J., 2004, p.72).

Admite, assim, que a crise data da emergência do Estado Paulista como referência da economia agrária exportadora adotada pelo país, no contexto de expansão comercial e financeira do século XIX. O autor, portanto, apesar de aceitar que a crise econômica pela Capital foi sentida de forma retardatária, afasta a idéia de que o Estado do Rio de Janeiro só entrou em crise após a perda do status de capital e salienta que esta perda só fez com que a situação que já era precária, ficasse pior.

“E o antigo Distrito Federal? Em verdade, essa unidade federativa não experimenta nenhuma crise gravosa no sentido da liquidação da sua renda e emprego (até antes pelo contrário). Mas é preciso não perder de vista que, apesar do anotado, sua economia perde crescente posição relativa ante a paulista e que ela, no tempo, “produziu” as evidências listadas no início desta seção. E mais: que tudo isso foi agravado pela transferência da capital e pela fusão, sendo o golpe definitivo desferido pela crise do padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro experimentado ao final dos últimos anos 1970 e início dos anos 1980, quando também se esgota o padrão de financiamento interno e externo da economia brasileira, arrastando assim, e definitivamente, a economia da região fluminense, dado o caráter tributário da economia da antiga capital da dinâmica capitalista nacional, notadamente a verificada em São Paulo (mas mediado pelos recursos públicos).” (Natal, J., 2004, p.74).

Ainda sobre o tema, na visão do autor, a crise durou até o ano de 1995, quando começou a ser registrado crescimento econômico por parte da região. Crescimento este que não merece destaque por sua magnitude, mas sim por ser responsável pela interrupção da longa e profunda crise que assolou o Estado do Rio de Janeiro desde a década de 80.

Apesar de divergirem quanto à época em que a região entrou em decadência, é sabido que de fato o fez. O Estado do Rio de Janeiro entra no Modelo de Substituição de Importações numa situação contraditória, em que ao mesmo tempo conquista sua centralidade urbana, perde a primazia industrial.

Mas, seja a crise estrutural, desde a década de 20, ou institucional, desde a transferência da capital, quais foram os motivos que levaram à retomada do crescimento econômico, visto que não existia em ambas as análises, um horizonte favorável à reversão do quadro de esvaziamento econômico?

O capítulo a seguir é dedicado à análise da chamada “Inflexão Positiva” e os principais motivos que levaram a sua ocorrência.

Capítulo II: A chamada “Inflexão Positiva”

II. 1 – A chamada “Inflexão Positiva”

Como vimos no capítulo anterior, a crise do Estado do Rio de Janeiro teve características próprias. A principal prova do quão profunda e complexa foi esta crise está também, nas particularidades do processo que foi capaz de revertê-la. Isso porque, não se tratou de uma saída usual, o que se viu foi uma combinação de fatores que possibilitaram esta reversão.

Antes de entrar no mérito de suas causas, devemos entender o porquê de usarmos este termo para caracterizar o período pelo qual o Estado do Rio de Janeiro passou após o fim da crise e do esvaziamento econômico.

A expressão “Inflexão Positiva” expressa a idéia de ruptura com o comportamento que até então vinha sendo observado. De acordo com os fundamentos de matemática, chamamos de “ponto de inflexão” aquele que marca exatamente o momento em que a curva da função passa a se comportar de maneira distinta da observada anteriormente, ou seja, é o ponto a partir do qual a trajetória da curva muda completamente.

“Em cálculo diferencial, um ponto de inflexão ou simplesmente inflexão, é um ponto sobre uma curva na qual a curvatura (a derivada de segunda ordem) troca o sinal. A curva muda de ter curvatura côncava para cima (positiva) para concavidade para baixo (curvatura negativa), ou vice-versa. Pode-se comparar com a condução de um veículo ao longo de uma estrada sinuosa, no ponto de inflexão no qual o volante é momentaneamente "endireitado" quando virado da esquerda para a direita ou vice-versa.” (Wikipédia)

Traduzindo em termos práticos, no caso de uma crise, por exemplo, é o ponto que representa o momento do fim da estagnação econômica e a retomada do crescimento.

É importante salientar que no caso do Rio de Janeiro, o termo é usado como reflexo da surpresa quanto à expectativa do futuro econômico da região. A reversão do quadro de esvaziamento econômico não era esperada nem pelos mais esperançosos. A trajetória de crescimento da região mostrava que a crise econômica não tinha perspectiva de chegar ao fim, ao contrário, reforçava a idéia de que poderia piorar nos anos subsequentes. Sendo assim, o termo fora empregado no sentido de caracterizar o final de uma trajetória de

decadência econômica sofrida pela região fluminense e do recomeço de atração e consolidação de investimentos que se traduziram em retomada de crescimento para a região, de forma a esclarecer que a crise já havia alcançado seu ponto máximo. Mais ainda, o termo é empregado também, numa forma de introduzir a dúvida da sociedade quanto à duração do fenômeno, sua dimensão, e de que forma, uma reversão econômica calcada em um setor produtivo específico e finito, pudesse vir a atingir os outros setores econômicos do Estado.

Tratando agora de suas particularidades, a reversão do quadro de decadência econômica aqui observada não representa a entrada em um grande ciclo de crescimento econômico. O que se observou foi, antes de qualquer coisa, uma ruptura com a trajetória que vinha sendo observada e que fazia parte das expectativas futuras para o Estado, até mesmo de maneira cultural, passando pela percepção da própria população, e, por fim, uma melhora, ainda que tímida, dos indicadores econômicos da região.

A análise dos dados estatísticos sobre os indicadores econômicos da região faz com que, a divergência existente sobre data do fim da crise, se estenda para o começo da inflexão, assunto que será tratado de forma mais precisa na seção a seguir.

II.2 – Das diferentes versões sobre a Inflexão Positiva

Não existem discussões sobre a existência da inflexão sofrida pelo Estado do Rio de Janeiro e, por isso, esta seção está disposta a discutir apenas as diferentes visões sobre o mesmo fenômeno sem entrar no mérito de questionamento do ocorrido. Entenda-se por diferentes versões sobre o mesmo fato, a divergência entre dois dos principais autores sobre o tema quanto à data em que o fenômeno ocorreu.

Tradicionalmente, a percepção de recessão e crescimento econômico está estreitamente ligada ao crescimento do PIB da região e talvez seja esta a razão pela qual Mauro Osório e Jorge Natal, assim como observado nas percepções sobre a crise econômica do Estado do Rio de Janeiro, não possuem opiniões convergentes quanto ao início da reversão do quadro de esvaziamento econômico em questão.

Enquanto o primeiro segue a linha tradicional de análise, e por conseqüência, tráz consigo uma visão mais pessimista do ocorrido, o segundo a expande para outras esferas de

análise, debruçado sobre análises e pontos de vista distintos. Por vezes os autores interpretaram os mesmos indicadores, mas o fizeram de formas diferentes.

A começar por Mauro Osório, que defende a visão de que a crise do Estado do Rio de Janeiro se estendeu até 2005. Seus argumentos foram construídos, principalmente, com base nos dados de crescimento do PIB da região que não apresentou recuperação expressiva no período entre o ano de 1995 a 2005.

Esta análise não leva em conta uma insinuação de recuperação econômica, nem mesmo a mudança na percepção dos próprios residentes do Estado e das expectativas dos investidores, mas sim a existência dela ou não. Como ela de fato não foi observada antes do ano de 2005, Mauro se reservou no direito de admitir a inflexão somente a partir desta data e sustenta seu argumento através das estatísticas de variação da produção física da indústria de transformação, variação do emprego formal, taxa de saneamento básico e crescimento das receitas provenientes do ICMS, entre outros, conforme explicitado nas passagens a seguir.

“Tal qual no âmbito econômico, existe na região um precarização da estrutura administrativa que se reflete, por exemplo, no fato de que o Estado apresentava, em 2006, um total de 9,4% dos domicílios urbanos sem acesso a abastecimento de água, contra 8,8% no Nordeste e de apenas 3% no Sudeste (IBGE/Síntese de indicadores sociais). Ou no fato de apresentarmos, entre 1999 e 2007, a menor taxa de crescimento real da receita de ICMS, entre todas as unidades federativas: 18,1%, contra um crescimento médio total do país, de 49,2% (Ministério da Fazenda – Confaz).”

“... quando analisamos a produção física da indústria de transformação, entre 1995 e 2007, verificamos que sofremos uma queda de 3,8%, contra um crescimento de 30%, em todo o Brasil (PIM-PF/IBGE). No mesmo sentido, ao examinarmos a variação do emprego formal no período de 1995/2006, contávamos com apenas 25,5%, nos setores primário, secundário e terciário, contra um crescimento de 48% no país. Quanto à indústria de transformação, no mesmo período, tivemos uma queda de 6,3%, contra um crescimento de 34,7% em território nacional. Nos dois casos, o desempenho do Estado é o pior, entre todas as unidades federativas (Rais/MTE)”.

Ainda segundo o autor, a inflexão se deu principalmente por resultado do recebimento de royalties do petróleo pagos ao Rio de Janeiro. Tratou-se de um fator externo à economia do Estado até então e que possibilitou o crescimento da região fluminense.

O autor Jorge Natal, por sua vez, apresenta uma visão um pouco mais favorável ao Estado do Rio de Janeiro quanto a sua recuperação. Isto porque, diferentemente de Mauro Osório, o autor leva em consideração indicadores que insinuaram uma recuperação da região e uma mudança da atmosfera que por aqui pairava até então, de investidores desacreditados e de um povo que parecia estar condenado ao esvaziamento econômico supremo, para uma esfera um pouco mais otimista, visando dias melhores para a região.

Segundo o autor, a inflexão ocorreu a partir de 1995 e foi ocasionada por um conjunto de fatores, com destaque para a percepção, já supramencionada, da transformação das expectativas dos residentes e investidores.

Partindo da primeira e valiosíssima análise de pré – inflexão, Natal destaca o fato de ter sido capital do país como algo que ironicamente favoreceu o Rio de Janeiro neste processo de inflexão. Para entendermos seu ponto de vista, temos que expandir nossa análise a proporções federais e não somente estaduais.

No início dos anos 90 emergiu no Brasil um movimento que já vinha forte em âmbito mundial. Chegou aqui a idéia de liberalização do comércio e redução da atuação do Estado nas economias, restringindo suas atividades à gestão e não mais atuação efetiva como agente econômico. Nesta época, o então Presidente da República, Fernando Collor tentou iniciar o processo de abertura econômica, mas seus planos foram interrompidos pelo processo de impeachment, que fez com que este perdesse o cargo. Foi quando Itamar Franco assumiu o poder que de fato o país começou a se adequar às práticas adotadas internacionalmente, práticas estas que foram intensificadas com a entrada de seu sucessor Fernando Henrique Cardoso, principalmente no tocante à questão da privatização de empresas públicas e abertura de setores antes protegidos de alguma forma, como por exemplo, setores de telefonia e energia elétrica, para as empresas privadas e multinacionais.

Paralelamente a isso, podemos destacar a criação do Plano Real que foi o grande responsável pelo fim do período inflacionário e permitiu que toda a economia do país

experimentasse os ganhos do fim da corrosão monetária, podendo assim planejar os gastos e investimentos de forma segura, sem se preocupar com o fantasma da inflação.

Deste processo, podemos destacar o avanço no tocante à qualidade dos serviços prestados. Quando houve a abertura econômica, as empresas brasileiras que faziam parte do mercado “protegido” se viram obrigadas a sair da zona de conforto e procurarem se alinhar às novas exigências dos mercados e dos consumidores. Concomitantemente, podemos destacar os estragos quanto ao nível de emprego e falência das empresas nacionais que não conseguiram acompanhar o avanço e encerraram suas atividades. Salvo às críticas, o fato é que o processo de abertura em algum momento iria se fazer necessário.

Voltando ao caso específico do Rio de Janeiro, se por um lado o fato de ter sido capital do país prejudicou a cidade no sentido de deixar com que o mesmo se sossegasse com tal situação e não se preocupasse em pensar políticas de desenvolvimento regionais para dinamizar o Estado, em meados dos anos 90, a herança do período, leia-se, a existência de toda estrutura utilizada pelo governo, foi importante para o processo de reversão.

A decisão de adequar a economia do Brasil às práticas adotadas no mercado internacional e, conseqüentemente, a economia do Rio de Janeiro à decisão da diminuição da atuação do Estado na economia através da privatização das empresas públicas e rodovias favoreceu a Região Fluminense uma vez que estava aqui concentrada grande parte da estrutura do governo, o que gerou uma injeção de capital privado e possibilidade de uso dos recursos para implementação de políticas que pudesse atrair mais investimentos para o Rio de Janeiro. Tratava-se de uma nova oportunidade para o Rio: oportunidade de, com a disponibilidade de recursos, se pensarem políticas que tornasse esta economia atrativa novamente. É importante salientar que desta análise foram retirados os possíveis prejuízos que foram causados por esta mudança, como redução do nível de emprego, por exemplo. O que vale destacar aqui é a capacidade de geração de caixa.

Além do fator supracitado, o autor faz análises interessantes com base em dados que raramente são discutidos para corroborar teses de reversão do quadro de esvaziamento econômico. Dentre eles, podemos citar a análise da ocupação hoteleira no período de 1996 a 2001, o que confirma a tese de que sua visão é de fato mais abrangente que as demais a que se compara. Embora assim o faça não se esquece dos mencionados e já conhecidos

indicadores de recuperação econômica, como por exemplo, análise dos índices de importação e exportação que são bons termômetros de como está a atividade econômica em determinada região, conforme demonstra a passagem a seguir:

“Embora pareça mesmo ser verdade que a referida economia não tem aumentado sua participação no PIB do País (conforme dados da Fundação IBGE) e que as taxas de crescimento do PIB estadual tenham apresentado, no período em análise, certo caráter errático (conforme dados da Fundação CIDE, e também da Fundação IBGE), há alguns aspectos que chamam a atenção, tais como: a. as taxas de ocupação da rede de hotelaria teriam se comportado, como segue: 1997, 63,1%; 1998, 66,2%; 1999, 65,7%; e 2000, 70%. Observa-se ainda que, no período, os dias de permanência dos turistas aumentaram de 2,99 em 1997 para 3,18 em 2000; do mesmo todo aumentou a participação de turistas estrangeiros, no total nacional, que passou de 31,6%, no total de 1997, para 34% no mesmo total de 2000; b. as exportações e as importações teriam aumentado. Explicando: considerando-se que as importações tendem a ser uma função do nível da atividade econômica, e as exportações, um indicador do avanço da produção de tangíveis, é razoável se dizer que também pelo “lado” do comércio exterior a economia fluminense vem logrando alguma melhoria; tanto que as exportações, por exemplo, aumentaram em cerca de 31% na passagem de 2000 para 2001; tendo o mesmo ocorrido com as importações, no mesmo período, em cerca de 7%. Adicione-se que as chamadas correntes de comércio (que somam exportações e importações ano a ano) também aumentaram, no mesmo período, em 13,27% (conforme SECEX).” (Natal, J., 2003)

O principal fator de divergência entre os autores é quanto à contribuição da indústria de transformação no processo de crescimento econômico do Estado. Em 1995, a indústria de transformação não apresentava crescimento, muito pelo contrário, ainda tinham sinais de recessão produtiva. O crescimento do Estado esteve, portanto, durante o período compreendido entre 1995 e 2005, sobretudo apoiado na indústria extrativista. Apenas a partir de 2005 que a indústria de transformação passou a crescer de forma mais expressiva.

Podemos sintetizar as análises de forma a apresentar a tese defendida por Natal como de fato a “Inflexão Positiva”, e a tese defendida por Mauro Osório como a

consolidação da mesma, uma vez que foi em 2005 que houve de fato a mudança no setor mais fragilizado até então.

Nas seções subseqüentes, serão discutidos os principais motivos pelos quais o fenômeno de reversão do quadro econômico ocorreu.

II.3 – Do fator Petróleo

O petróleo, dentre os fatores que levaram à “Inflexão Positiva”, é o de principal destaque.

Primeiro pelo fato de ser o grande fomentador do novo dinamismo observado na região. Não seria possível uma transformação do quadro decadência econômica caso não houvesse um fator externo de peso que o alavancasse, como o fez o petróleo neste caso.

Segundo por ter sido responsável por uma transformação na disposição sócio-geográfica da população do Estado do Rio de Janeiro. Historicamente, o Estado do Rio de Janeiro tem a característica de forte concentração populacional e, portanto, da atividade econômica, na sua região metropolitana. Quando o petróleo apresentou-se como fomentador do crescimento econômico e sua exploração aumentou vertiginosamente foi responsável também, por desenvolvimentos regionais, embora ainda concentrados, mas desta vez nas regiões de exploração e seu entorno.

Não podemos falar de petróleo sem antes explicar de que forma foi ele o responsável por aumentar o volume de receitas de maneira significativa para o Estado do Rio de Janeiro.

Em 1953, com a criação da Petrobrás, foi instituído no Brasil o pagamento dos chamados *royalties*. A palavra está fortemente associada ao contexto histórico de pagamento de direitos. No Brasil, funcionam como compensações financeiras pagas à União, Estados e Municípios pelas concessionárias de exploração de recursos energéticos, petróleo e gás natural. Teoricamente, os recursos arrecadados não têm restrição aplicativa, salvo para pagamento de folhas salariais, mas deveriam ser empregados, principalmente, em pesquisas científicas, na implantação de projetos de infra-estrutura, preservação e conservação ambiental, etc.

Esta regulamentação está descrita na Constituição Federal de 1988, conforme a seguir:

(...) “é assegurada, nos termos da Lei, aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração”. (Constituição Federal de 1988, no parágrafo 1º, do artigo 20).

Além da Constituição Federal, existem ainda leis federais que são importantes para a regulamentação do pagamento dos Royalties. São elas que definem os percentuais de distribuição reservados a cada Estado, bem como quais serão as políticas energéticas no tocante ao monopólio da exploração do petróleo. Dentre estas, podemos destacar as seguintes: A Lei nº. 7.990, de 28.12.1989; Lei nº. 8.001, de 13.03.1990; Lei nº. 9.427, de 26.12.1996; Lei nº. 9.478, de 06.08.1997.

Conforme falado anteriormente, não existem restrições quanto ao emprego dos recursos, salvo para pagamento de folhas salariais. Isto traz consigo um leque de opções, mas devemos lembrar que estes recursos são pagos visando à compensação de duas perdas que o Estado produtor sofre. A primeira delas é quanto às conseqüências da exploração em si, entenda-se como problemas ambientais, necessidade de estruturação da cidade para absorver o aumento demográfico sem grandes impactos para a população local, necessidade de investimentos em infra-estrutura para atender às novas demandas que surgirão, necessidade de novos serviços públicos, entre outras. A segunda está relacionada à compensação pela perda de receitas dos Estados produtores de petróleo, gás e energia elétrica teriam advindas da exoneração do recolhimento do ICMS nas remessas destas mercadorias aos outros Estados da federação, amparadas pela imunidade prevista no art. 155, inciso X, “b”, da Constituição Federal (O recolhimento do ICMS é feito na origem do produto, conforme determinação do Supremo Tribunal Federal (STF)).

Ainda neste contexto, é importante destacar que o pagamento de Royalties é feito mensalmente, calculado de acordo com o volume da produção, podendo variar de 5% a 10%. O Estado da federação que mais se beneficia desta compensação é o Estado do Rio de

Janeiro, que não por acaso, se apresenta como o maior produtor de petróleo do país e possuidor das maiores reservas do produto.

A partir disso conseguimos, então, compreender os motivos pelos quais as rendas advindas do petróleo alcançaram suprema relevância na geração de recursos para o Estado do Rio de Janeiro, principalmente a partir de 1995. Alguns fatores contribuíram para que isto fosse possível, como destacou Bruno Sobral:

“A partir de meados da década de 1990, a expansão desses repasses foi expressiva, sendo o Rio de Janeiro o grande líder nacional no recebimento desses benefícios (somente entre 2002 e 2006, sua taxa média de crescimento foi de 32,2% ao ano). Isso pode ser atribuído aos seguintes fatores: a grande produtividade alcançada que levou ao expressivo crescimento das participações especiais, a elevação dos preços de referência utilizados no cálculo que atualmente variam de acordo com os preços internacionais do produto e a flutuação do câmbio, e, principalmente, as modificações na legislação (por exemplo, o aumento de 5% para 10% da alíquota máxima dos royalties sob o valor da produção).” (P. 105)

Haja vista que trata-se de uma commodity, e que os valores pagos em royalties são calculados com base no volume produzido e que o Rio de Janeiro é o maior produtor nacional, com alta produtividade, não é difícil compreender o porquê dos valores repassados ao Rio equivaleram a 31,5% do valor do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias) no ano de 2006, representando assim, uma parcela expressiva das receitas do Estado. Além disso, soma-se a questão da alta dos preços internacionais no período, puxados pelo que chamamos de “Efeito China”.

Embora o ERJ como um todo, seja o maior beneficiado quanto ao pagamento de Royalties, alguns municípios são especialmente favorecidos pela regulamentação de pagamento vigente. Este “privilégio” provocou muitas mudanças na região, estas nem sempre relacionadas apenas à questão financeira. Fora observado um intenso processo migratório para estas regiões, por exemplo.

Para se ter uma idéia da proporção dos efeitos, uma reportagem do jornal OGLBO sobre o assunto foi divulgada recentemente, falando, principalmente sobre os dados levantados no último Censo, que aconteceu em 2010, em todo o Brasil, e corroborando a

tese de que há uma tendência clara de crescimento das cidades médias, mas, aqui no Estado do Rio de Janeiro, este movimento está intimamente relacionado às cidades que recebem altos volumes de receitas advindas dos Royalties. A cidade que apresentou o maior percentual de aumento da densidade demográfica, entre 2000 e 2009 foi, não por acaso, Rio das Ostras, registrando mais de 170% de aumento.

“Capitaneados pela indústria do petróleo, pelo menos oito municípios da Região dos Lagos e do Norte Fluminense experimentaram uma explosão demográfica entre 2000 e 2010. Rio das Ostras teve o maior percentual de aumento populacional no estado, pulando de de 36.419 em 1990 para 101.508 habitantes - um crescimento de quase 179%. O índice supera o crescimento do estado no período (5,48%) e até mesmo da Região Sudeste (7,24%). A busca por mais empregos, melhores salários e qualidade de vida fez com que outras cidades como Casimiro de Abreu (55,3%), Carapebus (51,6%), Maricá (51,4%), Búzios (48,5%), Macaé (46,8%), Quissamã (43,6%) e Saquarema (40,6%) seguissem a mesma linha. Na ponta inversa, 16 municípios tiveram crescimento populacional negativo entre 2000 e 2010. Cinco deles estão no Noroeste Fluminense: Laje do Muriaé (-5,4%), Cambuci (-0,6%), Natividade (-0,47%), Itaocara (- 0,48%), Italva (-0,67%) e Miracema (-0,28%). Três cidades ficam na Região Serrana: Petrópolis (-3,04%), Cantagalo (-5,9%) e Santa Maria Madalena (-2,1%).” (OGLOBO online)

Conforme observado, as receitas advindas da exploração do Petróleo configuraram não só um marco no tocante à reversão do quadro de esvaziamento econômico da região, como também foram estas as grandes responsáveis pelas mudanças na disposição populacional do Estado como um todo.

A seção a seguir será dedicada às análises dos demais fatores que contribuíram de alguma forma para o processo de inflexão positiva sofrido pelo Rio de Janeiro.

II.4 – Dos diferentes motivos que levaram a inflexão

Como fora visto anteriormente, o principal fator que iniciou o processo de recuperação econômica do Estado do Rio de Janeiro foi o Petróleo. Embora assim tenha

sido, havia uma dificuldade inerente do modelo de desenvolvimento do Estado que era ser capaz de articular o setor extrativista com a indústria de transformação. O reflexo disto está representado na perda de posição relativa continuada da indústria de transformação ainda nos anos 90, enquanto a indústria extrativista apresentava forte crescimento, conforme observado na tabela a seguir:

Tabela 3 – Produção Física Industrial (1995, 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000)

| Produção Física Industrial (Número índice)* | | | | | | | | | |
|--|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | Indústria Geral | | | | | | | | |
| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 |
| Brasil | 96,26 | 107,5 | 107,6 | 101,83 | 101,73 | 103,88 | 97,97 | 99,34 | 106,64 |
| Minas Gerais | 96,51 | 105,15 | 108,36 | 103,04 | 104,86 | 104,43 | 95,93 | 101,08 | 109,03 |
| Espírito Santo | 100,85 | 101,4 | 108,95 | 98,78 | 104,1 | 102,22 | 101,84 | 109,23 | 106,67 |
| Rio de Janeiro | 96,61 | 103,43 | 104,27 | 100,08 | 104,2 | 101,83 | 107,2 | 106,05 | 106,65 |
| São Paulo | 95,12 | 108,55 | 108,7 | 101,7 | 98,69 | 104,79 | 97,54 | 95,79 | 106,53 |
| Paraná | 97,53 | 111,81 | 108,99 | 94,42 | 103,66 | 105,7 | 103,39 | 98,53 | 99,4 |
| | Indústria Extrativista | | | | | | | | |
| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 |
| Brasil | 100,7 | 100,48 | 104,76 | 103,16 | 109,57 | 106,89 | 112,15 | 108,48 | 111,76 |
| Minas Gerais | 95,45 | 102,72 | 107 | 106,19 | 101,11 | 103,72 | 104,17 | 96,22 | 108,95 |
| Espírito Santo | 88,53 | 99,16 | 109,42 | 98,35 | 101,93 | 100,31 | 107,06 | 109,89 | 117,18 |
| Rio de Janeiro | 99,08 | 103,96 | 108,26 | 105 | 114,39 | 110,21 | 119,3 | 117,09 | 115,52 |
| | Indústria de Transformação | | | | | | | | |
| | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 |
| Brasil | 95,91 | 108,07 | 107,82 | 101,72 | 101,12 | 103,61 | 96,74 | 98,38 | 106,06 |
| Minas Gerais | 96,59 | 105,32 | 108,45 | 102,81 | 105,14 | 104,47 | 95,36 | 101,46 | 109,06 |
| Espírito Santo | 104,91 | 101,93 | 108,89 | 99,17 | 104,59 | 102,58 | 100,4 | 109,02 | 103,82 |
| Rio de Janeiro | 95,6 | 103,15 | 102,56 | 97,84 | 99,17 | 96,97 | 99,37 | 97,39 | 98,34 |
| São Paulo | 95,13 | 108,56 | 108,7 | 101,7 | 98,69 | 104,78 | 97,54 | 95,79 | 106,53 |
| Paraná | 97,5 | 111,87 | 109,09 | 94,36 | 103,68 | 105,7 | 103,47 | 98,54 | 99,37 |

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do IBEG (Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física).

*Base: últimos 12 meses anteriores **Dados acumulados de 12 meses

São Paulo e Paraná não apresentaram dados para a Indústria Extrativista.

Através da análise dos dados, é possível perceber que, durante o período compreendido entre 1996 e 1999, todos os Estados analisados tiveram crescimento industrial no segmento de transformação, com exceção do Estado do Rio de Janeiro, onde houve retração, representando perda de representatividade industrial no contexto nacional.

O crescimento econômico por aqui observado era então, calcado, somente em um braço industrial que, de certa forma, atenuava a perda que o outro sofria. A recuperação da

indústria de transformação só observada de fato, a partir de 2005. Conforme ilustrado abaixo:

Tabela 4 – Produção Física Industrial (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009)

| Produção Física Industrial (Número índice)* | | | | | | | | | |
|--|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | Indústria Geral | | | | | | | | |
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
| Brasil | 101,57 | 102,73 | 100,04 | 108,3 | 103,09 | 102,82 | 106,01 | 103,1 | 92,62 |
| Minas Gerais | 99,72 | 99,85 | 101,43 | 105,97 | 106,33 | 104,53 | 108,64 | 101,59 | 86,89 |
| Espírito Santo | 99,66 | 111,7 | 106,4 | 105,11 | 101,38 | 107,6 | 107,45 | 105,62 | 85,42 |
| Rio de Janeiro | 101,57 | 112,35 | 98,96 | 102,43 | 102,03 | 101,91 | 102,11 | 101,49 | 96,21 |
| São Paulo | 102,53 | 99,32 | 99,21 | 111,77 | 103,69 | 103,16 | 106,2 | 105,24 | 91,58 |
| Paraná | 103,43 | 97,53 | 105,67 | 110,07 | 101,32 | 98,41 | 106,69 | 108,56 | 97,93 |
| | Indústria Extrativista | | | | | | | | |
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
| Brasil | 103,42 | 118,95 | 104,72 | 104,28 | 110,18 | 107,35 | 105,87 | 103,79 | 91,21 |
| Minas Gerais | 87,95 | 104,82 | 109,4 | 112,04 | 112,72 | 108,8 | 112,36 | 99,63 | 74,87 |
| Espírito Santo | 112,1 | 125,94 | 114,05 | 102,62 | 101,04 | 110,92 | 115,16 | 111,42 | 66,88 |
| Rio de Janeiro | 105,67 | 114,47 | 100,31 | 96,36 | 114,98 | 105,03 | 97,61 | 105,3 | 110,53 |
| | Indústria de Transformação | | | | | | | | |
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
| Brasil | 101,35 | 100,52 | 99,8 | 108,52 | 102,71 | 102,56 | 106,02 | 103,06 | 92,7 |
| Minas Gerais | 100,59 | 100,07 | 100,36 | 105,08 | 105,33 | 103,81 | 107,99 | 101,95 | 89,04 |
| Espírito Santo | 95,73 | 107,23 | 103,48 | 106,16 | 101,52 | 106,26 | 104,21 | 102,92 | 94,77 |
| Rio de Janeiro | 97,04 | 101,95 | 98,68 | 103,76 | 99,39 | 101,17 | 103,21 | 100,6 | 92,74 |
| São Paulo | 102,54 | 99,32 | 99,21 | 111,77 | 103,69 | 103,16 | 106,2 | 105,24 | 91,58 |
| Paraná | 103,53 | 97,51 | 105,67 | 110,07 | 101,32 | 98,41 | 106,69 | 108,56 | 97,93 |

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do IBEG (Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física).

*Base: últimos 12 meses anteriores **Dados acumulados de 12 meses

São Paulo e Paraná não apresentaram dados para a Indústria Extrativista.

Embora ainda tenha sido observada perda relativa da indústria de transformação após o ano de 1995, houve compensação por parte da extrativista, e, por isso, o saldo total foi positivo. Desta forma, tomaremos como base a tese defendida por Jorge Natal, que acredita que o Rio de Janeiro saiu da crise após esta data, destacando o fato de que sair da crise, não necessariamente significa gozar de grande crescimento e prosperidade econômica, mas sim ensaiar uma recuperação mesmo que ela tenha sido observada de forma pouco palpável, como a mudança das expectativas da população e dos investidores.

Outra conclusão que podemos extrair da análise dos dados da tabela é de que, se a indústria de transformação passou a apresentar saldo positivo a partir de 2005, outros fatores, além do petróleo, que influencia diretamente a indústria extrativista, foram responsáveis pela reversão do quadro de perda de importância relativa do segmento.

Majoritariamente, estes fatores emergiram de dinâmicas já consolidadas aqui na Região. São setores tradicionais que se beneficiaram de alguma forma, ou do próprio aumento da exploração do petróleo, ou de fatores externos ao processo.

Como dois dos componentes desta análise, podemos começar destacando a importância dos recursos da privatização que, conforme já citado, injetaram aqui capital privado e, de certa forma, oxigenaram a região e serviram para reestruturar parte do caixa do Estado. A entrada destes recursos coincidiu com a consolidação do Plano Real, que fora responsável por controlar os índices de inflação do país. A convergência destes fatores permitiu uma utilização destes recursos para planejamentos de longo prazo e investimentos.

Junto com o movimento de privatização das empresas públicas, criaram-se as chamadas Agências Reguladoras, que eram as responsáveis por legislar, regulamentar e fiscalizar a prestação de serviços em setores que antes eram supridos por empresas estatais e agora privadas. Muitas destas agências situaram-se no Rio de Janeiro atraindo importantes investimentos e receitas para o Estado.

Ainda nesta mesma linha, podemos citar a criação de um plano plurianual que previu obras e recursos para investimentos na cidade que, até então não faziam parte da realidade da região. Aqui, mais uma vez, cabe destacar que foi a possibilidade de projeção à longo prazo, dada pelo Plano Real, e o fluxo de caixa, corroborado pelos recursos provenientes das privatizações e das reguladoras, que possibilitaram que o Plano Plurianual fosse feito e que, portanto, os gastos da cidade fossem planejados de forma mais organizada. Reparemos que trata-se de uma cadeia de acontecimentos favoráveis que possibilitaram a existência da reversão do quadro de esvaziamento econômico.

Como foi lembrado por Jorge Natal, durante a gestão de César Maia como governador do Estado, no período de 1993 a 1997, este transformou a região em um canteiro de obras, justificadas fosse para mudar paisagens degradadas, fosse para adequar o Rio de Janeiro à modernidade, oferecendo condições a cidade de competir com cidades globais, oferecendo o que o autor chamou de “urbanidade, e principalmente, infraestrutura”. Cabe ressaltar que as suas principais obras tiveram cunho logístico. Este fator foi responsável por atrair capitais para a cidade, revitalizando de forma prática sua economia e, conseqüentemente a do Estado também.

Houve, portanto, uma vontade, por parte das autoridades políticas, de transformar a forma como o Rio de Janeiro estava inserido na economia nacional. Os investimentos em infraestrutura e nos corredores logísticos da cidade caracterizam o foco do governo em adequar a região às práticas exigidas para a inserção da mesma no mercado nacional e global. Com destaque para a revitalização do porto de Itaguaí, bem como o uso de incentivos fiscais para atrair montadoras para o Estado.

Como terceiro componente deste fenômeno encontra-se o chamado “Efeito China”. Neste caso, o destaque para este ocorrido e sua relação com o Estado do Rio de Janeiro o fazem por se tratar de reflexos diretos nas indústrias tradicionalmente fortes no território fluminense. Está aqui o grande responsável pelo crescimento da indústria de transformação, gerando saldo positivo para o setor.

Com o seu crescimento a passos largos, a China foi a principal responsável pelo crescimento da demanda por commodities no mercado internacional, e isso se deu de forma rápida, pressionou os preços para um patamar muito alto, e o que possibilitou que o Rio viesse a atender parte desta demanda e se beneficiar do momento favorável foi o fato de que tratavam-se de ramos industriais tradicionais do Estado e, de reservas naturais, como no caso do petróleo, e também, os esforços do Estado em adequar-se logisticamente para atender ao comércio exterior quando a demanda interna não estava aquecida.

O crescimento da demanda mundial se traduziu, também, em produtos siderúrgicos, que, além de possibilitar investimentos no setor, trouxe de volta a competitividade das indústrias que aqui já estavam alocadas, mas não conseguiam espaço no cenário anterior.

A indústria petrolífera também sofreu as conseqüências do aumento da demanda e beneficiou, se analisarmos a cadeia subsequente, a indústria naval. A necessidade de escoamento da produção do setor extrativista puxou a recuperação deste setor tradicional da indústria fluminense.

De acordo com os dados abaixo, que relatam a evolução dos principais ramos da pauta exportações, no período de 1989 a 2006, percebemos que houve um “boom” nas exportações de produtos extrativistas minerais que foram responsáveis, inclusive, pela compensação na queda de participação de produtos como os industriais diversos.

Tabela 5 – Evolução dos principais ramos da pauta exportadora, período 1989-2006

| Período | Extrativa Mineral | Química | Metalúrgica | Material de Transporte | Mecânica | Indústrias Diversas |
|----------------|--------------------------|----------------|--------------------|-------------------------------|-----------------|----------------------------|
| 1989 | 0,90% | 19,80% | 47,20% | 3,60% | 1,40% | 5,60% |
| 1996 | 1,80% | 18,20% | 41,30% | 4,70% | 1,90% | 5,50% |
| 2000 | 9,90% | 20,40% | 27,70% | 3,50% | 2,50% | 8,90% |
| 2006 | 58,20% | 11,70% | 10,80% | 4,40% | 1,50% | 1,40% |

Fonte: Sobral, B. (Tabela 23 – p.112).

Não fosse o fato do Estado do Rio de Janeiro possuir tradição nos setores que foram demandados pelo mercado externo no período em questão, bem como, a preocupação do governo em adequar, ainda que restritamente, a economia do Estado ao modelo de desenvolvimento a ser explorado, o Rio de Janeiro provavelmente não teria conseguido reverter o quadro de perda de importância relativa no segmento de indústria de transformação nacional, nem tampouco, conseguido modificar o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado e, por fim, sua forma de inserção na economia nacional. Cresceríamos sim, mas apoiados, como até 2005, na indústria extrativista, principalmente petrolífera, que explora recursos finitos e obedece ao mercado externo. Esta observação, porém, tampouco significa que o fato de ter recuperado o setor industrial de transformação, faz do crescimento econômico fenômeno garantido para os anos subsequentes. O capítulo a seguir será dedicado a observação de que até que ponto este crescimento se traduz em desenvolvimento para o Estado de forma consolidada.

Capítulo III: As novas perspectivas e desafios da região

III.1 – Da nova proposta para a divisão dos royalties do Petróleo

Visto que, conforme elucidado no capítulo anterior, a renda obtida da exploração de Petróleo e Gás repassada por meio de pagamento de royalties foi um dos principais fatores responsáveis por alçar o Estado do Rio de Janeiro de uma posição de esvaziamento econômico para uma de crescimento econômico, este capítulo tem como proposta a discussão da sustentabilidade deste crescimento. Para tal, começaremos discutindo a nova proposta de divisão dos royalties do petróleo que fora enviada ao congresso para votação e quais seus possíveis impactos nas receitas do Estado.

O pagamento de royalties do petróleo foi regulamentado pela lei 7990 de 1989, onde ficaram estabelecidos os critérios de distribuição dos 5% recolhidos sobre o valor da produção, da seguinte forma:

- 70 % aos Estados produtores;
- 20 % aos Municípios produtores;
- 10% aos Municípios onde se localizem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de óleo bruto e/ou gás natural.

Em 1997, a lei 9.478 foi responsável por aumentar a alíquota de royalties de 5% para 10%, incidente sobre o valor bruto da produção. Podemos atribuir ainda a esta lei, que ficou conhecida como a “Lei do Petróleo”, juntamente com o aumento dos preços internacionais e com o aumento da produtividade na exploração, o aumento das receitas recebidas pelo Estado do Rio de Janeiro com os royalties. Isso porque, além de aumentar a percentagem incidente, a mesma estabeleceu novas regras de distribuição dos 5% adicionais e atrelou o pagamento ao preço de mercado do produto (preço base), aumentando significativamente a participação dos municípios nesta receita. Segundo esta lei, a distribuição seria feita da seguinte forma, no caso de exploração em plataforma continental:

- 22,5% aos Estados produtores confrontantes;
- 22,5% aos Municípios produtores confrontantes;
- 15% ao Ministério da Marinha, para atender encargos de fiscalização e proteção das áreas exploradas;
- 7,5% aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critérios estabelecidos pela ANP;
- 7,5% para a constituição de um Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os Estados, territórios e municípios;
- 25% ao Ministério da Ciência e tecnologia, para financiar programas de amparo a pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do Petróleo.

A proposta de alteração da distribuição dos royalties de petróleo, que ficou conhecida como “Emenda Ibsen”, em referência a um dos criadores da mesma, o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB – RS), busca revisão tanto da parcela mínima dos 5%, estabelecida em 1989, quanto da adicional de 1997.

Sob a alegação de desigualdade entre a distribuição dos royalties de petróleo, a emenda tem por objetivo propor uma nova divisão dos mesmos de acordo com os critérios dos fundos de participação, diminuindo, portanto, a diferenciação entre os Estados e municípios produtores dos demais. Seguindo a proposta, a divisão dos 5% mínimos, previstos na lei 7990 de 1989, seria feita da seguinte maneira:

- 10 % aos Estados confrontantes da área exploratória;
- 10 % aos Municípios confrontantes da área exploratória;
- 5 % aos Municípios afetados pelo embarque ou desembarque da produção;
- 15 % ao Ministério da Marinha;
- 60 % para constituição de Fundo Especial, para distribuição aos Estados, Distrito Federal e Municípios não abrangidos pelos benefícios previstos nos incisos anteriores. (A distribuição do Fundo Especial a que se refere este artigo será feita proporcionalmente à população de cada ente federativo, conforme apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (NR)).

Já os 5% que foram acrescidos pela “Lei do Petróleo” de 1997 seriam divididos de acordo com os critérios, lembrando que trata-se da reforma no que tange a exploração em plataforma continental:

- 10 % aos Estados confrontantes da área exploratória;
- 10 % aos Municípios confrontantes da área exploratória;
- 5 % aos Municípios afetados pelo embarque ou desembarque da produção;
- 15 % ao Ministério da Marinha;
- 40 % para constituição de um Fundo Especial para distribuição aos Estados, Distrito Federal e Municípios não abrangidos pelos benefícios previstos nas alíneas anteriores (A distribuição do Fundo Especial a que se refere este artigo será feita proporcionalmente à população de cada ente federativo, conforme apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (NR));
- 10 % ao Ministério da Ciência e Tecnologia;
- 10 % ao Ministério da Educação

Segundo o texto de justificativa da proposta de emenda:

“A legislação reserva aos Estados e Municípios, confrontantes com campos petrolíferos da plataforma continental, uma parcela maior de recursos provenientes do pagamento de royalties, de forma a compensá-los pelos impactos causados pelas atividades de pesquisa e exploração dessas jazidas. O critério utilizado, no entanto, faz com que um pequeno grupo de Estados e Municípios se aproprie de quase a totalidade dos recursos. Contudo, em que pese o impacto mais significativo que sofrem os Estados e Municípios confrontantes, tenho que a distribuição legal dos recursos provenientes do pagamento de royalties há de ser alterada. De fato, as jazidas de petróleo e gás natural encontram-se na chamada plataforma continental que, nos termos do inciso V do art. 20 da Constituição Federal, pertence à União. Ora, não se afigura razoável que um recurso pertencente a todos os brasileiros beneficie apenas alguns entes federativos. Assim, o intuito maior da presente proposta é o de proporcionar uma distribuição mais equânime dos recursos provenientes da exploração de petróleo, beneficiando não só os Estados e Municípios que sofrem os impactos causados pelas atividades de exploração do petróleo, mas, também, os demais entes da federação. Ademais, a presente emenda prevê, ainda, aplicações em Ciência e Tecnologia e em Educação, setores que não vêm recebendo a atenção devida por parte do Governo Federal.”

(<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/693339.pdf>)

Ainda de acordo com a nova proposta, não só os contratos futuros seriam regidos por esta nova regra, extendendo a consideração inclusive para o pré-sal, como também os contratos já estabelecidos, o que representaria, portanto, uma queda acentuada da arrecadação dos Estados e Municípios que hoje recebem os repasses.

É importante ressaltar que hoje, sozinho, o Estado do Rio de Janeiro, é responsável por mais de 80% da produção de petróleo do País, e por isso recebe parcelas tão significativas de royalties. Não por acaso, são os municípios fluminenses os que possuem, também, uma participação maior no repasse desta renda. Por estas razões, não é difícil imaginar o quanto estes valores farão falta para o Estado, principalmente para as regiões que sofreram, e ainda sofrem intervenções e impactos com a exploração e dependem dos repasses para manter seus investimentos.

Tabela 6 – Produção de Petróleo por Unidade de Federação, de acordo com a localização

| Unidades da Federação | Localização | Produção de petróleo (mil barris) | | | | | | | | | | 09/08 % |
|-----------------------|-------------|-----------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|
| | | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | |
| Brasil | | 450.626 | 471.862 | 530.855 | 546.080 | 540.717 | 596.255 | 628.797 | 638.018 | 663.275 | 711.883 | 7,33 |
| Subtotal | Terra | 76.316 | 77.170 | 78.952 | 79.738 | 78.632 | 74.962 | 70.841 | 69.893 | 66.337 | 65.465 | -1,32 |
| | Mar | 374.310 | 394.692 | 451.902 | 466.342 | 462.085 | 521.292 | 557.957 | 568.126 | 596.938 | 646.418 | 8,29 |
| Amazonas | Terra | 15.773 | 15.743 | 15.914 | 15.410 | 15.541 | 14.376 | 13.062 | 12.276 | 11.657 | 12.351 | 5,95 |
| Ceará | Terra | 849 | 893 | 828 | 997 | 806 | 593 | 559 | 668 | 699 | 761 | 8,85 |
| | Mar | 4.027 | 4.705 | 4.207 | 4.419 | 4.176 | 3.796 | 3.250 | 3.098 | 2.788 | 2.539 | -8,93 |
| Rio Grande do Norte | Terra | 27.340 | 25.817 | 25.038 | 24.658 | 24.774 | 23.031 | 20.435 | 19.676 | 19.208 | 18.295 | -4,75 |
| | Mar | 4.417 | 3.768 | 3.810 | 3.917 | 4.319 | 4.153 | 3.731 | 3.141 | 3.124 | 3.012 | -3,58 |
| Alagoas | Terra | 2.035 | 2.108 | 2.446 | 2.586 | 2.477 | 2.572 | 2.935 | 2.897 | 2.139 | 2.246 | 5,01 |
| | Mar | 272 | 298 | 277 | 190 | 196 | 186 | 162 | 126 | 109 | 96 | -11,78 |
| Sergipe | Terra | 8.904 | 9.212 | 9.681 | 10.840 | 11.433 | 11.909 | 12.044 | 12.889 | 12.371 | 12.583 | 1,71 |
| | Mar | 4.564 | 3.860 | 3.251 | 2.650 | 2.530 | 2.307 | 2.300 | 2.404 | 4.823 | 3.515 | -27,11 |
| Bahia | Terra | 16.848 | 16.310 | 16.061 | 16.064 | 16.324 | 16.144 | 15.703 | 15.525 | 15.156 | 14.642 | -3,39 |
| | Mar | 11 | - | - | - | - | - | - | 134 | 284 | 338 | 19,24 |
| Espírito Santo | Terra | 4.568 | 7.087 | 8.984 | 9.183 | 7.278 | 6.338 | 6.103 | 5.963 | 5.108 | 4.587 | -10,20 |
| | Mar | 99 | 62 | 1.138 | 6.617 | 4.407 | 5.945 | 16.759 | 36.197 | 37.133 | 31.371 | -15,52 |
| Rio de Janeiro | Mar | 358.751 | 380.466 | 438.292 | 446.238 | 443.156 | 501.772 | 529.627 | 520.922 | 547.348 | 605.213 | 10,57 |
| São Paulo | Mar | 566 | 559 | 578 | 534 | 509 | 514 | 457 | 724 | 302 | 333 | 10,54 |
| Paraná | Mar | 1.603 | 974 | 349 | 1.777 | 2.793 | 2.619 | 1.670 | 1.380 | 1.029 | - | .. |

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados presentes no Anuário da ANP de 2010.

A exploração de petróleo e gás não apenas exige uma série de investimentos, como também traz consigo riscos de conseqüências ambientais e socioeconômicas, como aumento do fluxo migratório de pessoas para a região, necessidade de ofertas de serviços públicos para a população local, modificação da geografia espacial original, etc.

De acordo com os dados da ANP, divulgados no anuário de 2010, o Rio produziu em 2009 o equivalente a 85% da produção de petróleo nacional, representando um aumento de 10,57% em relação ao ano anterior, enquanto o Brasil apresentou crescimento de 7,33%.

Além disso, o Estado é detentor de 81% do volume de petróleo presente nas reservas provadas no país, conforme explicitado na tabela a seguir:

Tabela 7 – Reservas Provadas de Petróleo por Unidade de Federação, de acordo com a localização.

| Unidades da Federação | Localização | Reservas provadas de petróleo (milhões de barris) | | | | | | | | | | 09/08 % |
|-----------------------|-------------|---|--------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-------------|
| | | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | |
| Brasil | | 8.465 | 8.496 | 9.805 | 10.602 | 11.243 | 11.773 | 12.182 | 12.624 | 12.801 | 12.857 | 0,43 |
| Subtotal | Terra | 854 | 909 | 927 | 935 | 865 | 883 | 905 | 886 | 896 | 924 | 3,12 |
| | Mar | 7.611 | 7.587 | 8.878 | 9.667 | 10.379 | 10.890 | 11.277 | 11.737 | 11.906 | 11.933 | 0,23 |
| Amazonas | Terra | 129 | 132 | 114 | 111 | 100 | 92 | 97 | 103 | 108 | 114 | 5,88 |
| Ceará | Terra | 3 | 7 | 6 | 6 | 7 | 6 | 5 | 8 | 10 | 15 | 46,82 |
| | Mar | 91 | 65 | 70 | 67 | 70 | 71 | 69 | 58 | 59 | 59 | -0,04 |
| Rio Grande do Norte | Terra | 283 | 271 | 259 | 260 | 250 | 259 | 263 | 265 | 265 | 262 | -1,02 |
| | Mar | 65 | 69 | 70 | 72 | 67 | 81 | 80 | 98 | 98 | 102 | 4,09 |
| Alagoas | Terra | 9 | 13 | 12 | 11 | 11 | 12 | 11 | 9 | 7 | 6 | -15,64 |
| | Mar | 2 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,31 |
| Sergipe | Terra | 179 | 210 | 205 | 220 | 223 | 230 | 227 | 232 | 226 | 231 | 2,24 |
| | Mar | 37 | 28 | 28 | 21 | 36 | 38 | 38 | 35 | 35 | 26 | -25,13 |
| Bahia | Terra | 191 | 208 | 212 | 212 | 215 | 229 | 241 | 216 | 229 | 242 | 5,78 |
| | Mar | 20 | 12 | 3 | 2 | 2 | 2 | 3 | 38 | 60 | 69 | 16,44 |
| Espírito Santo | Terra | 61 | 69 | 118 | 115 | 58 | 55 | 61 | 54 | 51 | 53 | 4,39 |
| | Mar | 3 | 6 | 500 | 610 | 1.206 | 1.126 | 1.286 | 1.277 | 1.275 | 1.240 | -2,77 |
| Rio de Janeiro | Mar | 7.366 | 7.376 | 8.174 | 8.854 | 8.931 | 9.533 | 9.762 | 10.178 | 10.329 | 10.382 | 0,52 |
| São Paulo | Mar | 6 | 5 | 4 | 4 | 40 | 19 | 24 | 28 | 24 | 24 | 1,22 |
| Paraná | Terra | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 0 | .. |
| | Mar | 21 | 25 | 27 | 24 | 15 | 11 | 6 | 21 | 21 | 24 | 17,83 |
| Santa Catarina | Mar | - | - | - | 12 | 10 | 8 | 7 | 5 | 5 | 5 | 11,59 |

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados presentes no Anuário da ANP de 2010.

Se considerarmos as reservas ainda não comprovadas, este número cai para 77%, mas ainda assim se mantém em um patamar muito elevado em comparação aos outros Estados da Federação. Não por acaso, foi de interesse dos demais que a reforma fosse aprovada, e a mesma ganhou notoriedade e força política diante dos possíveis ganhos dos Estados e municípios que hoje não são beneficiados pela divisão ou recebem apenas uma pequena parcela deste valor.

Para termos uma idéia da representatividade destas receitas para o Estado do Rio de Janeiro, faremos uma comparação com alguns dados relevantes, divulgados no anuário de 2010 da ANP. O PIB do Estado em 2008 foi, segundo o IBGE, de 343.182 milhões de reais, em valor bruto. Neste mesmo ano, foram pagos, somando a distribuição para

beneficiários e a parcela correspondente a participação especial, para o Estado do Rio de Janeiro, sem levar em conta os valores pagos aos municípios da região, 6.717 milhões de reais, o que é equivalente a 1,96% do valor do PIB bruto. Se incluirmos os valores repassados aos municípios fluminenses, esta proporção sobe para 3% do valor do PIB do Estado todo. Ainda a título de comparação, neste mesmo ano, a indústria extrativa mineral produziu o equivalente a 44.694 milhões de reais, e o pagamento de royalties foi responsável por nada menos que 23% deste valor.

Se a chamada “Emenda Ibsen” vier a ser aprovada e o Rio de Janeiro vier a perder a parcela de royalties que hoje lhe cabe, o impacto nas receitas será de mais de 10 bilhões anuais, isso se só forem considerados os valores diretos pagos pela extração do petróleo, pois a transferência desta renda gera receitas indiretas muito maiores para as regiões. Por esta razão, o Governador Sérgio Cabral declarou recentemente, em um protesto organizado pelo mesmo para protestar contra a emenda, que, caso seja aprovada, o Estado do Rio de Janeiro irá a falência.

III.2 – Do Modelo de Desenvolvimento Econômico adotado

Desde que o Rio de Janeiro passou pelo processo conhecido como “Inflexão Positiva”, em meados dos anos 90, e a discussão quanto a sua ocorrência de fato fora encerrada, o questionamento passou a ser outro: Até quando este crescimento será sustentável?

Um ponto importante a destacar é o modelo que a Região Fluminense decidiu adotar como forma de estabelecer crescimento econômico para os anos que virão. Não por acaso, este está intimamente ligado a um dos fatores cruciais para a retomada do crescimento por parte do Estado. Adotou-se o modelo de vinculação à dinâmica exportadora do país, aproveitando-se em particular de sua logística privilegiada e do chamado “Efeito China”. O que vale destacar aqui é que é de saber notório, não só pelos inúmeros exemplos de Estados e Países, inclusive o próprio Brasil, que adotaram este modelo e o mesmo não se sustentou de forma consistente, mas também pela própria dinâmica do processo que gera dependência de fatores que estão além dos poderes daqueles que aderem ao modelo, que ele não se sustenta por longos períodos se for estabelecido de como única forma de buscar crescimento econômico.

Desta forma, podemos fazer a primeira ressalva sobre o processo de consolidação e sustentabilidade do crescimento econômico que observamos desde 1995 no Rio de Janeiro: O modelo escolhido pelo Estado não se sustenta de forma isolada. Portanto, podem perder importância a posição logística privilegiada, os portos novos e com capacidade de atendimento se a demanda externa não caminhar para o crescimento contínuo e isso não depende de nós, o que nos torna extremamente vulnerável às oscilações do mercado externo. Este ponto pode parecer pouco relevante para alguns, uma vez que falar em “desaquecimento econômico” associado à China é mesmo difícil de imaginar, mas é importante lembrarmos que, mais uma vez, os exemplos históricos nos trazem bons aprendizados sobre estas questões, ou imaginávamos nós que os EUA enfrentariam tamanha crise quanto a que enfrentaram em 2008 e 2009?

De forma mais específica, dividiremos o restante do capítulo tópicos nomeados de acordo com os segmentos que o Estado do Rio de Janeiro possui destaque produtivo, e que estão direta ou indiretamente relacionados à exportação.

III.3 – Da contribuição do petróleo

O futuro da indústria do petróleo é ditado pela demanda do mercado exterior, assim como o preço, e conseqüentemente os lucros. Vista sobre essa ótica, a indústria do petróleo pode vir a sofrer o que qualquer outra está sujeita, mas num futuro próximo, o ritmo da substituição do petróleo por combustíveis mais limpos ainda será muito tímido perto do ritmo do crescimento de seu consumo, e, por isso, podemos considerar uma demanda assegurada para, pelo menos, os 20 anos subseqüentes.

Haja vista que se trata de uma commodity, as variações no preço do produto precisam ser também, consideradas, mas as perspectivas não são de quedas a ponto de excluir a rentabilidade do setor.

O que é relevante para o trabalho proposto é que, a exploração de petróleo pode continuar, mas a renda advinda dele não está totalmente assegurada, pelo menos não para o Estado do Rio de Janeiro.

Conforme elucidado na seção anterior, existe hoje um projeto de lei tramitando no Congresso para que os royalties do petróleo sejam divididos de forma mais igualitária entre os estados e municípios produtores e não produtores. Para o Estado do Rio de Janeiro isso

corresponderia a uma perda do equivalente a 3% do seu PIB atual. Embora o projeto de lei seja preocupante do ponto de vista das perdas nas finanças públicas, ainda que não seja aprovado e que o Estado não venha a perder nada nas porcentagens de suas receitas, alguns dados sobre o uso dos recursos e, principalmente, o grau de dependência dos municípios destas receitas retratam um cenário preocupante para a região e devem ser considerados.

Quando a lei 7990 de 1989 estabeleceu a parcela mínima de pagamento de royalties aos estados produtores, foram também colocadas restrições quanto ao uso das receitas. Ficou estabelecido, portanto, que não poderiam ser aplicadas para o pagamento de dívidas nem de folha salarial, a fim de evitar o acúmulo e crescimento do endividamento e o comprometimento em despesas que futuramente não poderiam ser cortadas do orçamento.

A medida provisória 1868-20, de 1999, porém, mudou este quadro e permitiu que as receitas dos royalties fossem negociáveis a título de pagamento de renegociação de dívidas com o Governo Federal e de capitalização do sistema previdenciário do Rio de Janeiro (RioPrevidência). O resultado foi o comprometimento de 21 anos de receitas através de um acordo entre o Governo Federal e o Estado do Rio de Janeiro. Devemos aqui lembrar que o pagamento dos royalties é feito de acordo com o valor da produção, ou seja, uma queda no preço do produto acarreta em uma queda de receitas para o Estado.

Não bastasse o comprometimento dos recursos futuros para a liquidação de dívidas com o Governo Federal, o grau de dependência do Estado é crescente uma vez que o mesmo utiliza-se destes recursos para abrir mão de recursos advindos de outros impostos. O ICMS pode ser citado como um dos exemplos uma vez que a sua desoneração é feita para atrair empresas para o Estado, mas compensada através do aumento das receitas de royalties, aumentando assim, sua importância nas receitas do Estado. Para exemplificar o fato, segundo dados da ANP, em 1998 a porcentagem do PIB que correspondia à renda dos royalties de petróleo, excluindo a participação dos municípios, foi de 0,1%. Este foi o ano de mudança da legislação e o início do pagamento das participações especiais. Já em 2000 o valor alcançou 0,6% do PIB. O aumento gradativo chegou ao patamar de 1,5% em 2004 e 1,9% em 2008, numa demonstração clara que é crescente a importância desta riqueza para o Estado e mais ainda, que apesar da atividade gerar uma série de efeitos em diferentes setores, o seu crescimento não faz com que os demais setores cresçam na mesma proporção, o que faz com que percam espaço na renda total gerada pelo Estado.

Outro ponto importante é a falta de encadeamento econômico que a Indústria do Petróleo Fluminense apresenta. Este segmento, em si, é intensivo em capital e, portanto, por mais que gere bastante riqueza para o Estado, esta riqueza deve vir associada a um processo produtivo para fazer a renda circular. Processos estes que movimentam diversos setores da economia, que poderiam ser explorados em maior escala pelas empresas sediadas no Rio de Janeiro, representando assim uma oportunidade de negócio.

Dois novos fatos podem vir a transformar a forma como a Indústria do Petróleo trabalhada atualmente no Estado do Rio. São eles, a criação do Comperj, e a confirmação do Pré-sal.

- **Comperj:** Trata-se do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro que está sendo construído pela Petrobras na região metropolitana do Rio, em Itaboraí. Com previsão para entrar em operação em 2014, o complexo reunirá investimentos que chegarão a R\$ 14,6 bilhões de reais, para a instalação de uma refinaria “premium”, com capacidade de processar 165 mil barris de petróleo pesado por dia, extraídos do campo de Marlim, representando um dos maiores investimentos já realizados pela Petrobras no país.

O complexo será formado por, além da refinaria, unidades geradoras de produtos petroquímicos, conhecidas como de primeira geração e de segunda geração. E, além disso, será beneficiado pela construção do Arco Metropolitano, uma vez que o mesmo ligará Itaboraí ao Porto de Itaguaí diretamente, facilitando o escoamento da produção.

A importância deste empreendimento está no fato de que, estas unidades de primeira e segunda geração serão produtoras de matérias primas para as unidades de terceira geração, onde estão alocadas as indústrias de bens de consumo, tais como componentes para indústrias montadoras de automóveis, linha branca de eletrodomésticos, matérias cirúrgicas, etc. Representará, portanto, a possibilidade de se agregar valor à extração de petróleo, e de reter a cadeia de produção em território fluminense, o que se traduz em um enorme benefício haja vista que a extração de petróleo é uma atividade extremamente intensiva em capital e é o restante de sua cadeia que gera maior quantidade de empregos e renda.

- **Pré-sal:** A confirmação do pré-sal traz consigo, além de um maior potencial produtor, oportunidades para o Estado do Rio de Janeiro, no sentido de ser capaz de atrair investimentos da cadeia da indústria petrolífera.

Até então, a exploração na Bacia de Campos não requeria que as empresas prestadoras de serviços, estivessem sediadas no Estado. Isso porque, seu tempo de produção era curto, se comparado ao que será do pré-sal, e mais ainda, o volume era menor. Desta forma era possível atender à demanda sem a necessidade de instalação física no Estado.

A exploração do pré-sal, por sua vez, apresentará características distintas a essas, uma vez que o volume produtivo será muito maior que na Bacia de Campos, e o tempo de produção também será maior. Por estas razões, para que as empresas prestadoras de serviços possam atender à esta demanda, elas precisarão de instalações físicas no Estado, mesmo que filiais. Sendo assim, o processo produtivo sediado no Rio de Janeiro terá valor agregado à ele, e mais, será responsável por atrair mais investimentos e empregar mais mão de obra por aqui.

As limitações do crescimento do setor, portanto, são de mercado. Ou seja, mudança de preço ou padrão de consumo. Para o Estado as limitações podem vir a ser financeiras, caso a lei de redistribuição dos royalties seja aprovada. Para depender menos da renda dos royalties e aproveitar mais da proximidade geográfica das reservas, o Estado deve aproveitar a oportunidade que o Comperj e o pré-sal trarão de explorar outras formas de estar inserido na cadeia produtiva do setor, e não somente através da transferência de renda advinda tão somente pela legislação. A busca por qualificação da mão de obra regional para ser empregada na indústria, assim como o incentivo a implantação de empresas ligadas à cadeia no Estado, a fim de agregar valor ao produto e o uso da posição privilegiada geograficamente são algumas das alternativas de geração de renda de forma indireta.

III.4 – Da contribuição da Indústria Naval

Trata-se de um segmento industrial tradicional para o Estado, mas que durante muitos anos ficou estagnado por não ter conseguido acompanhar o mercado e a competitividade dos navios importados. Desta forma, a ressurreição do setor foi feita através da indústria do petróleo, que por iniciativa da Petrobrás, gerou demanda para o setor e fez com que este conseguisse retomar a escala de produção e, finalmente, a produtividade almejada para competir com os navios de outras origens. Deste movimento, claro, houve retorno positivo para ambos os lados: A indústria naval conseguiu se recolocar como

importante pólo produtivo e de geração de emprego, através dos ganhos de escala alcançados, e aproveitando-se dos conhecimentos que, por ser um setor tradicional fluminense, a região já obtinha. Já a indústria do petróleo conquistou uma garantia maior de abastecimento de navios para conseguir escoar a produção e aproveitou a proximidade do local de produção dos navios e extração do petróleo e a posição estratégica geográfica do Estado.

O chamado “Efeito China” foi, posteriormente, também, importante para dar fôlego ao setor. Com o aumento da demanda externa por commodities, as empresas aumentaram a demanda por navios para escoarem suas produções e conseguirem atender ao mercado crescente Chinês. A recuperação da produtividade aproximou os setores, como por exemplo, de mineração e siderúrgica, que precisavam da indústria naval, mas não optavam pela fluminense por esta não tem competitividade frente às demais.

Um fato curioso sobre a indústria naval é que, embora fosse tradicional no Rio de Janeiro, antes dessa retomada, os profissionais da área não conseguiam colocação no mercado de trabalho fluminense e era preciso procurar postos de emprego em outros estados e, às vezes até países. Hoje em dia, o setor, até pelo passado recente pouco promissor aqui na região, é um dos setores industriais que mais sofre com o chamado “apagão de mão de obra”, o que, inclusive, tem sido apontado como um dos maiores entraves ao crescimento do País pode vir a enfrentar, e, conseqüentemente, do Rio de Janeiro. Para atender a crescente demanda, a importação de mão de obra tem sido uma opção.

Embora haja uma recuperação do setor, a indústria naval fluminense não produz todos os itens do elo da cadeia de produção.

As perspectivas da indústria naval estão, portanto, de forma bem simplória, relacionadas a alguns fatores cruciais: Demanda dos setores exportadores, que aqui podem ser definidos como commodities, relacionando, indiretamente, a dinâmica da produção dos navios à demanda do mercado exterior por commodities brasileiras e ao investimento em capacitação de mão de obra qualificada afim de que o crescimento do setor beneficie a mão de obra local ou da região ou, ainda, que não haja futuros entraves ao crescimento por falta de pessoal qualificado para trabalhar na área.

III.5 – Da contribuição da Logística

O Rio de Janeiro, desde os tempos primórdios, tem como vocação ser eixo logístico. Até por razões históricas e geográficas, o Estado apresenta certa vantagem comparativa no setor. Somado a este fator, o modelo de desenvolvimento escolhido pelo Rio, a partir dos anos 90, é voltado para fora, para o mercado exterior, até de certa forma, valendo-se desta característica vantajosa. Sendo assim, governo e a iniciativa privada anunciaram investimentos no setor que reforçarão e contribuirão para que o modelo de desenvolvimento a ser seguido tenha como base uma infraestrutura logística eficiente a fim de sustentá-lo. Dois grandes projetos merecem destaque dentre os que estão em andamento, o primeiro de cunho governamental e o segundo, privado. Ambos estão explicitados de forma detalhada a seguir:

- **Arco Rodoviário:** Trata-se de um projeto idealizado há décadas para o Estado do Rio de Janeiro e que fora, finalmente, contemplado nas obras do PAC (Programa de Aceleração ao Crescimento) desenvolvido pelo Governo Federal, com parceria do Governo Estadual.

O projeto, que terá a extensão total de 145 Km, visa estruturar toda a malha rodoviária da região metropolitana, conectando cinco grandes eixos rodoviários do Estado: BR-101/Norte (Rio – Vitória), BR-116/Norte (Rio – Bahia), BR-040 (Rio – Belo Horizonte), a BR-116/Sul (Rio – São Paulo) e a BR-101/Sul (Rio – Santos) e eliminando o conflito entre o tráfego de carga e o trânsito do Grande Rio, o que irá desafogar as principais rodovias que sofrem com o fluxo intenso de caminhões, fomentará o desenvolvimento de áreas como a baixada fluminense e o facilitará o acesso ao Porto de Itaguaí.

A mudança da dinâmica da região em torno do arco pode ser percebida, uma vez que muitas empresas já compraram terrenos e alguns empreendimentos imobiliários estão sendo inaugurados ao longo da via para aproveitar a estrutura logística que será oferecida.

Além disso, o arco beneficiará diretamente os projetos da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e o Complexo Petroquímico de Duque de Caxias, isso porque, estes estarão ao longo da via que aplicará o acesso ao Porto de Itaguaí.

De acordo com o Ministério do Planejamento, as obras serão divididas em 4 segmentos, conforme esquema a seguir:

- Segmento A: Duplicação da BR 493/RJ, entre Manilha (BR 101) e Santa Guilhermina (BR 116).

- Segmento B: Duplicação da BR 101/RJ entre Santa Cruz e Mangaratiba, inclusive o acesso ao Porto de Itaguaí.

- Segmento C: Construção de trecho duplicado entre Saracuruna e acesso ao Porto de Itaguaí.

- Segmento D: Rodovia concedida, já em operação, entre Santa Guilhermina e Saracuruna (BR 040).

A execução ficaria dividida da seguinte forma: O governo federal seria responsável pelos segmentos A e B, e o Estadual pelo C, totalizando um custo de R\$ 1,1 bilhão.

A previsão de conclusão das obras, que está com o cronograma atrasado, é de até o final de 2012.

- **Porto de Açú:** Segundo a história relatada pelo próprio idealizador do projeto, o antigo Secretário de Energia, Indústria Naval e Petróleo do Estado do Rio de Janeiro, Wagner Victor, o mesmo fez parte de uma idéia inicial de se criar um projeto que tivesse como objetivo principal desenvolver o Norte Fluminense de forma estruturada, que pudessem gerar desenvolvimento permanente, que fosse capaz de manter o desenvolvimento e os empregos gerados pelo petróleo na região. Em outras palavras, era de vontade do Governo que houvesse um projeto capaz de sustentar o desenvolvimento da região sem que o mesmo fosse derivado da renda do petróleo.

Inicialmente, a idéia foi de criar um novo Terminal Portuário e de Apoio Offshore para a Petrobrás, aproveitando a proximidade com a Bacia de Campos, responsável por mais de 80% do petróleo do Brasil na época (1999) e do fato do porto de Macaé estar praticamente saturado, justificando a necessidade da Petrobrás. O projeto seria feito em parceria com a iniciativa privada e o Governo ficaria com a participação acionária de 33%.

A Petrobrás, no entanto, não aceitou participar do projeto e coube ao Governo buscar novas alternativas para este, principalmente no tocante ao tipo de material que por ali seria escoado. A solução foi redirecioná-lo para a área de granéis sólidos, em especial o

minério de ferro, mas a Vale do Rio Doce também não demonstrou interesse no projeto uma vez que detém quase toda a malha ferroviária necessária para o escoamento de sua produção.

Coube a empresa LLX, do empresário Eike Batista, apoiar o projeto, que fora oficialmente acordado em dezembro de 2006. Estava, portanto, selado o compromisso da construção do projeto do Terminal Portuário Privativo de Uso Misto do Porto do Açu, com previsão de investimentos na ordem de US\$ 1,6 bilhão, representando o maior investimento em terra da história da região norte/ noroeste do estado do Rio de Janeiro, com o início das operações previstas para 2011/2012.

Destas informações, o relevante é que, das dificuldades encontradas para a realização da idéia original, surgiram oportunidades para a Região o que transformou o projeto inicial do Porto de Açu em um Complexo de empreendimentos.

Ao projeto inicial, além do Porto de Açu, que terá capacidade de atracação para 6 navios graneleiros, 4 berços de atracação para contêineres, produtos siderúrgicos, carga geral e embarcações de apoio Offshore, foi adicionada a construção de um mineroduto de 572 Km de extensão, que ligará o porto de Açu até Minas Gerais, de onde são extraídos os minerais, cortando 32 municípios entre os dois estados e, ainda, uma área portuária que contará com um espaço de pouco menos que 10 mil hectares para abrigar uma Zona Industrial projetada para acolher terminais para armazenamento dos produtos que serão movimentados, uma usina termoeétrica, siderúrgicas, um complexo siderúrgico, um Pólo-Metal-Mecânico, e até quatro usinas de pelotização de minério.

Soma-se à grande dimensão deste projeto, a possível instalação de empresas na área como fora sinalizado por algumas siderúrgicas chinesas e pela fábrica de tubos Techint, além da posição privilegiada e do seu calado de 18,5 metros que permitirá que opere como base de apoio para as operações de apoio Offshore da Bacia de Campos e do sul do Espírito Santo.

Embora seja um projeto que inicialmente fora idealizado para diminuir a dependência da Região Norte Fluminense da renda do petróleo, o mesmo é estruturado para o escoamento da produção de minério de ferro, principalmente. Ou seja, com o objetivo de se diminuir a dependência por um produto, criou-se um projeto logístico de grande dimensão calcado na dependência da exportação de outro. Salvo esta consideração, é, de

fato, um projeto que coloca o Estado do Rio de Janeiro numa posição privilegiada logisticamente frente a outros Estados brasileiros e, principalmente a outros países. Além disso, um porto capacitado a atender a demanda de grandes negócios, diminui seus custos e atrai investimentos.

III.6 – Da contribuição da Indústria Siderúrgica

Assim como a exemplo dos demais setores, trata-se de um setor tradicional do Estado do Rio de Janeiro, que está sendo beneficiado, tanto pelo modelo exportador adotado pelo Estado, quanto pelo “Efeito China”.

A demanda da China por commodities no mercado internacional foi, sem dúvidas, o grande mentor da recuperação do setor, alavancando preços e devolvendo a competitividade a este segmento da indústria em âmbito nacional. Especificamente, a localizada no Rio de Janeiro beneficia-se pela tradicionalidade do setor e pela logística do Estado, que inclusive tem sido melhorada para escoar os produtos de forma mais eficiente e em maiores quantidades.

O principal projeto em andamento no Estado para o setor é a instalação da CSA (Companhia Siderúrgica do Atlântico), projeto orçado em R\$ 13,1 bilhões da Vale em parceria com a alemã ThyssenKrupp Steel, que prevê capacidade produtiva de 5 milhões de toneladas de aço por ano. Este projeto será responsável por alçar o Rio de Janeiro à posição de maior produtor de aço do país, ultrapassando o Estado de Minas Gerais.

Outro ponto importante é o fato de a indústria siderúrgica ser considerada uma “Indústria de base” e estar relacionada, principalmente aos setores de construção civil, automotivo e bens de capital. Sendo assim, investimentos em infra-estrutura representam uma forte demanda para este segmento. Desta forma, o próprio mercado interno tem sido um personagem importante para o crescimento da demanda do setor, basta lembrarmos dos incentivos concedidos à indústria automobilística, como redução do IPI para compra de novos automóveis, em 2008/2009 e da também redução do IPI e estímulo à captação de crédito para a casa própria, através do programa federal “Minha Casa, Minha Vida”, que aqueceu o setor de construção civil, sem contar nas obras do PAC, todas relacionadas à infra- estrutura.

Dentre os setores supracitados, este é o que está mais bem estruturado tendo em vista o fato de que o mercado interno extremamente aquecido apresenta-se como uma boa opção frente a um possível desaquecimento da demanda externa.

Apesar do Estado se destacar nos setores acima, existem outros fatores que contribuem para que o ambiente de negócios seja melhorado e que, se bem articulados, podem aparecer como boas opções para a desconcentração produtiva e para um maior dinamismo da economia fluminense. Estão associados, principalmente a esforços governamentais, tanto da esfera Estadual, quanto Federal.

III.7 – Da contribuição de outros fatores

Se, por um lado, a sustentabilidade do crescimento do Estado do Rio de Janeiro está fortemente atrelada às suas vocações tradicionais, por outro, existem investimentos que podem, por sua vez, facilitar este processo a fim de solidificar de vez essa tendência, e outros que podem contribuir para uma estrutura um pouco mais diversificada, diferente do que é tradicional, mas fundamental para a dinamização econômica de outras áreas.

O que podemos observar no Rio de Janeiro, é uma concentração produtiva, ou seja, a região metropolitana forte nos serviços e o interior apoiado, ou em dinâmicas que surgiram de recursos naturais, como o caso do petróleo, ou de pólos industriais que, pouco interligados e sem uma estrutura que os suporte, se transformam em focos de eficiência que são inexpaníveis a outros setores de forma cadenciada.

Dos empreendimentos e esforços de destaque que observamos hoje na região estes estão fortemente relacionados à área de infraestrutura, tanto de habitação com a forte presença do PAC, quanto de viabilidade logística, o que fortalece as atuações dos setores que são tradicionais do Rio de Janeiro e consolida o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado para tal.

Como vimos na seção anterior, dentre os setores tradicionais do Rio de Janeiro temos a indústria Siderúrgica que está fortemente ligada à construção civil. Portanto, os investimentos na área aumentam a demanda das siderúrgicas de forma indireta e contribuem para a expansão do setor. Mas, ainda que de forma geral, a melhora na logística e infraestrutura do território fluminense fazem com a região se torne mais atrativa aos

investimentos e, para as empresas que aqui já estão instaladas representa um custo menor para realizar a mesma operação.

Dentre os principais investimentos, salvo os citados nas seções anteriores, podemos destacar:

- **Outras ações conjuntas:** Diferentemente dos fatores supracitados, este fator não está relacionado diretamente a nenhum empreendimento ou investimento direto, mas são esforços e conquistas que fazem com que o ambiente de negócios no Estado do Rio de Janeiro se torne melhor.

Primeiro podemos citar a importância do alinhamento e estreitamento político entre as esferas públicas, municipal, estadual e nacional, que fora fundamental para aumentar a capacidade de endividamento do Estado junto ao Governo Federal e consolidar parcerias que trouxeram investimentos importantes. A título de exemplificação, o Estado do Rio de Janeiro foi o maior beneficiado pelo PAC (Programa de Aceleração ao Crescimento) que investiu, principalmente, nas áreas de infraestrutura, habitação e saneamento básico, setores historicamente carentes de investimentos.

Segundo, podemos destacar os esforços do Governo Estadual em tornar o Estado mais eficiente e transparente, com a implantação de um programa de gestão inspirado no setor privado. Renegociação e pagamento de dívidas antigas com os fornecedores, adoção do sistema de pregão eletrônico, realização de concursos públicos para cobrir os déficit de profissionais, aumento da fiscalização e ações de incentivos para o pagamento de impostos, como o Cupom Mania, foram algumas das ações adotadas nesta gestão.

O que vale como destaque é que as mesmas diminuem a percepção de desorganização e descontrole por parte da esfera pública, o que era um dos motivos responsáveis pelo afastamento dos investimentos do Estado.

Terceiro, parte como consequência do segundo fator, concessão de grau de investimento pela agência de classificação de risco Standard and Poor's (S & P), em março de 2010. Segundo a agência, a legislação brasileira e a “forte gestão que prevalece no Estado nos últimos três anos” leva a crer que o Rio de Janeiro irá manter a qualidade de crédito no médio prazo. Esta classificação inclui o Estado na lista de destinos seguros para a aplicação de capital e facilita a captação de recursos para investimentos por parte do Governo e atrai investimentos privados.

Conclusão

O ciclo de investimentos que o Rio de Janeiro vive atualmente, e viverá, até, pelo menos, o ano de 2016 não nos deixa dúvidas: O processo de Inflexão Positiva foi mesmo consolidado. Hoje, existe uma maior articulação entre os setores dentro do Estado e entre algumas cadeias industriais, como no caso do petróleo, que foi capaz de agregar o restante da cadeia produtiva através do Comperj, e da indústria siderúrgica e automobilística que hoje trabalham de forma mais conjunta e coordenada.

O crescimento econômico está garantido para o Estado até pelo menos o ano de 2020, reflexo de ações conjuntas do setor privado e governamental. Estes investimentos permitirão que o Rio de Janeiro cresça além do que a indústria extrativista sozinha lhe permitiria, ainda que se realize em setores tradicionais da região, como a indústria siderúrgica, a construção naval e a construção civil. É, portanto um processo de ressurreição do já conhecido.

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Rio de Janeiro desde o início do processo de adequação de sua economia para a inserção da mesma no mercado internacional, ainda em 1995, fez com que, suas condições logísticas favoráveis, trouxessem boas possibilidades de atração de novas empresas visando o escoamento de suas mercadorias e, além disso, que esta oportunidade se consolidasse em projeto de desenvolvimento apoiado em larga escala pelo Governo Federal, o que não necessariamente significa que é suficiente.

Embora tenha avançado em alguns aspectos que influenciam diretamente no ambiente de negócios da região, como por exemplo, a questão da segurança pública e a questão fiscal, algumas das fragilidades estruturais que o Estado apresentava ainda na década de 80 não foram superadas até então. Mesmo que haja uma maior articulação entre os setores industriais, a indústria que aqui está instalada ainda produz bens de baixo valor agregado, ou seja, o Estado ainda não é capaz de atrair setores intensivos em tecnologia e bens de consumo duráveis e bens de capital. Desta forma, apesar de todo o processo e sua consolidação, não houve mudança estrutural na maneira como o Estado do Rio de Janeiro está inserido na divisão nacional do trabalho e, os novos investimentos, criam externalidades positivas, mas não garantem essa evolução.

Passado o ciclo de investimento, haverá o desafio de manter o Estado do Rio de Janeiro atrativo o suficiente para continuar como destino de investimentos expressivos como os que estão ocorrendo por hora. Ainda existe a carência de indústrias capazes de agregar valor à produção industrial do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas:

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO (ANP). Anuário Estatístico. Vários anos. (www.anp.gov.br)

COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. (http://www.comperj.com.br/Numeros.aspx)

DAIN, Sulamis. **Crise econômica: Rio de todas as crises**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990. (Série Estudos e Pesquisas, n.80)

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. *Anuário dos trabalhadores do Rio de Janeiro*. São Paulo: DIEESE, 2002.

FIRJAN. Federação das indústrias do Estado do Rio de Janeiro. www.firjan.gov.br

FUNDAÇÃO CIDE. *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 1996-2001.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR (FUNCEX). Base de dados.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Séries históricas estaduais de PIB.

IBGE (http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=2295&z=t&o=21&i=P)

IPEADATA. (www.ipeadata.gov.br)

JACOBS, Jane. *The economy of cities*. Nova York: Random House, 1969. 268p.

LOURENÇO, Ana Cláudia. **Rio de Janeiro: Uma Análise da perda recente de centralidade**. Belo Horizonte, MG. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG 2006

NATAL, Jorge . **A Economia Fluminense em 3 tempos**. Revista de Economia Fluminense, v. n 6, p. 54 - 58, 01 jul. 2006

NATAL, Jorge. **Inflexão econômica e dinâmica espacial pós-1996 no Estado do Rio de Janeiro**. Nova Economia - Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 35-70, set-dez 2004.

O GLOBO Online

(<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/11/29/metropoles-perdem-participacao-no-total-da-populacao-brasileira-923141814.asp>)

<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/11/29/senso-ao-censo-345030.asp>)

O GLOBO Online –

(<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2010/11/13/petroleo-impulsiona-inchaco-de-8-municipios-do-rio-mas-outras-16-tem-numero-de-habitantes-reduzido-923021445.asp>)

O GLOBO Online –

(<http://oglobo.globo.com/tecnologia/mat/2010/11/27/empresas-pretendem-investir-us-5-bilhoes-em-infraestrutura-nos-proximos-seis-anos-para-receber-olimpiadas-923126746.asp>)

PGE – Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.

(<http://www.pge.rj.gov.br/Revista63/0313-DosRoyaltiesPetroleo.pdf>)

REVISTA VALOR – **Esportes aquecem a economia**. Edição de Maio 2010

SILVA, Mauro Osorio . **Estado do Rio de Janeiro: trajetória e perspectivas**. Revista de Economia Fluminense, v. n 7, p. 50 - 54, 01 nov. 2007

SILVA, Mauro Osorio . **Necessidade e formas de apoio do governo federal ao desenvolvimento da economia fluminense**. UERJ - Programa de Estudos e Projetos em Desenvolvimento Regional Sustentado, p. 01-16, 1994

SILVA, Mauro Osorio . **Rio Nacional, Rio Local: Mitos e Visões Sobre a Crise Carioca e Fluminense**. Rio de Janeiro: SENAC, 2005. v. 1. 200 p

SILVA, R. D. *Rio de Janeiro: Crescimento, Transformações e sua Importância para a Economia Nacional (1930-2000)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SOBRAL, Bruno. **A Desconcentração Produtiva Regional no Brasil: Análise do Estado do Rio de Janeiro – 1970/2006**. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SOBRINHO, José Teles. Universidade Federal de Pernambuco. **Royalties e a sua importância**. (<http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/2296828>).

TOPIK, Steven. Metrôpoles macrocéfalas: uma comparação entre a primazia do Rio de Janeiro e a da Cidade do México entre 1800 e 1910. **Revista de Ciências Sociais**, v.34, n.1, p.53-76, 1991.

UOL – ECONOMIA

(<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2010/12/10/petroleo-e-minerio-ganham-peso-no-pib-rj-e-o-que-mais-cresce.jhtm>)

WIKIPÉDIA.
(<http://www.wikipedia.com.br>)